



Escola Superior de Educação, Comunicação e Desporto
Instituto Politécnico da Guarda

Relatório de Estágio da Prática de Ensino Supervisionada

Ana Maria Baptista Simões

Mestrado em Ensino do 1º e 2º Ciclo do Ensino Básico

Orientador: Professor Doutor Carlos Francisco Sousa Reis

Fevereiro de 2012

**Relatório de Estágio da Prática de Ensino Supervisionada,
apresentado ao Instituto Politécnico da Guarda
para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de
Mestre em Ensino do 1º e 2º Ciclos do Ensino**

Agradecimentos

- Ao Professor Doutor Carlos Francisco Sousa Reis, meu Orientador, pela competência científica e acompanhamento do trabalho, pela disponibilidade, generosidade e paciência reveladas, assim como pelas correções e sugestões relevantes.
- Aos Professores Supervisores, pelos conselhos, sugestões e incentivo.
- À Professora Cooperante no 1º ciclo , Professora Fernanda Cosme, pelo acolhimento e simpatia com que me recebeu na turma, pelos conselhos e sugestões.
- À Direcção da minha Escola, pela possibilidade que me deu de realizar a prática na escola.
- Aos Professores Cooperantes no 2º Ciclo, pela ajuda, e simpatia com que participaram nesta minha etapa de vida. Sem eles não teria sido possível.
- A alguns dos meus amigos, pelo incentivo e apoio.
- À colega e amiga Daniela, pela partilha de informações e angústias.
- Ao meu irmão, pela força transmitida.
- À minha mãe, pela ausência em momentos críticos.
- A todos e àqueles que não mencionei, mas que de alguma forma participaram da minha vida, neste período, o meu muito obrigada.

Resumo

Este trabalho tem como função dar a conhecer as actividades desenvolvidas ao longo do Mestrado e divide-se em três capítulos, conforme explicitado na introdução.

No terceiro capítulo tratamos o tema “Educar para os Valores”, por nos parecer pertinente em contexto educativo.

Atendendo a que o ser humano é um ser inacabado e a docência uma área de contínua formação e actualização, nestes dois anos, foram-me transmitidos conhecimentos a nível científico e pedagógico, capazes de me tornarem uma melhor profissional. E esse foi sempre o meu principal objectivo ao “embarcar nesta aventura”, que me permitiu o contacto com outras realidades e novas experiências. Refiro-me concretamente à prática supervisionada no 1º Ciclo, que considero, francamente, enriquecedora e gratificante.

A prática pedagógica, no 2º Ciclo, verificou-se no 5º e 6º anos, na Escola Regional Dr. José Dinis da Fonseca, na Cerdeira, e a ela tenho estado ligada profissionalmente. No ensino, que se pretende de qualidade, devem persistir objectivos culturais, mas também valores que ajudem os alunos a crescer, pelo conhecimento da vida, do homem e do mundo, de modo a tornarem-se cidadãos conscientes, livres, responsáveis e actantes. Numa sociedade tão voltada para os valores materiais e desvalorização dos valores humanos, urge que a Escola e os seus educadores transmitam uma educação integral aos jovens, com vista a formar cidadãos eticamente responsáveis. A educação tem a função de desenvolver a compreensão do mundo e do próximo, assim como de orientar para a solidariedade, a autonomia, a responsabilidade e conhecimento de si próprio. Educar deve, ainda, assumir a ambição de proporcionar a todos os jovens os mecanismos fundamentais a uma cidadania com democracia e orientada para os valores.

Palavras-chave: Educação, Ensino, Ética, Valores,

Abstract

This work has the function to publicize the activities carried out during the Masters and is divided into three chapters, as explained in the introduction.

In the third chapter dealt with the theme "Educating for Values," because we seem relevant in an educational context.

Since the human being is a being unfinished and teaching an area of continuous development and training in these two years, I have been transmitted scientific knowledge and pedagogical level, capable of making me a better professional. And that was always my main objective to "embark on this adventure," which allowed me contact with other realities and experiences. I refer specifically to supervised practice in the 1st cycle, I believe, frankly, enriching and rewarding.

The pedagogical practice in the 2nd cycle, took place on 5 and 6 years in the Regional School Dr. José Dinis da Fonseca in Cerdeira, she and I have been involved professionally. In teaching, it is intended to quality, must maintain cultural objectives, but also values that help students to grow through the knowledge of life, humanity and the world in order to become citizens, conscious, free, responsible and active . In a society so focused on material values and devaluation of human values, it is urgent that the school and their instructors convey a holistic education to young people in order to make ethically responsible citizens. Education has the task of developing an understanding of the world and the next, as well as to improve the guidance for solidarity, autonomy, responsibility and self awareness. Education should also take the ambition to provide all young people the fundamental mechanisms with democracy and citizenship-oriented values.

Keywords: Education, Education, Ethics, Values

Índice dos Títulos

Agradecimentos	5
Resumo.....	6
Abstract	7
Índice dos Títulos.....	8
Índice dos Gráficos	9
Índice das Figuras	10
Índice das Tabelas	10
Introdução.....	11
1º CAPÍTULO - Enquadramento Institucional – Organização e Administração Escolar	13
1.1 –Agrupamento de Escolas Carolina Beatriz Ângelo - Escola Básica do 1º Ciclo.....	14
1.2- Escola Regional Dr. José Dinis da Fonseca	23
2º CAPÍTULO - Descrição do Processo de Prática de Ensino Supervisionada	40
2.1- Macro contexto	41
2.2 - Contexto legal	41
2.3 - Contexto Institucional	43
2.4 - Contexto de Natureza Funcional.....	44
2.5 - Reflexão auto e hetero-avaliação	58
3º CAPÍTULO – Aprofundamento do problema /tema escolhido	61
EDUCAR PARA OS VALORES	62
3.1 – Introdução	62
3.2 - Ética e cidadania.....	67
3.3 - A ética e a educação.....	70
3.4 - Construindo cidadania	75
3.5 - Educar com satisfação.....	76
Considerações finais.....	78
Bibliografia	81

Índice dos Gráficos

Gráfico 1 – Idade dos alunos	17
Gráfico 2 – Repartição dos alunos por sexo	17
Gráfico 3 - Proveniência dos alunos	18
Gráfico 4 - Número de irmãos.....	18
Gráfico 5 - Habilitações do pai	19
Gráfico 6 - Habilitações da mãe	19
Gráfico 7 - Profissão do pai por sector.....	20
Gráfico 8 - Profissão da mãe por sector	20
Gráfico 9 - Sucesso no 2º Ciclo 2009-2010 (retirado do Projecto Educativo de escola).....	28
Gráfico 10 - Sucesso no 3º Ciclo 2009-2010 (retirado do PE de escola)	28
Gráfico 11 - Idade dos alunos.....	29
Gráfico 12 - Repartição dos alunos por sexo.....	30
Gráfico 13 - Proveniência dos alunos por países	30
Gráfico 14 - Proveniência dos alunos por distrito.....	31
Gráfico 15 - Proveniência dos alunos por concelho.....	31
Gráfico 16 – Número de irmãos	32
Gráfico 17 – Habilitações do pai.....	32
Gráfico 18 – Habilitações da mãe.....	33
Gráfico 19 – Profissão dos pais por sector	33
Gráfico 20 - Profissão das mães por sector.....	34
Gráfico 21 – Idade dos alunos	35
Gráfico 22 – Repartição dos alunos por sexo	35
Gráfico 23 – Proveniência dos alunos por distrito	36
Gráfico 24 – Proveniência dos alunos pelos concelhos da Guarda.....	36
Gráfico 25 – Número de irmãos	37
Gráfico 26 – Habilitações do pai.....	37
Gráfico 27 – Habilitações da mãe.....	38
Gráfico 28 – Profissão dos pais por sector	38
Gráfico 29 – Profissão das mães por sector	39

Índice das Figuras

Figura 1 – Planta da sala de aula e disposição do mobiliário.....	16
Figura 2 - Ponte sobre o rio junto à escola	24
Figura 3 - Entrada e fachada principal.....	24
Figura 4 - Vista aérea do perímetro escolar	25

Índice das Tabelas

Tabela 1 – Distribuição dos alunos por ciclo	27
Tabela 2 – Alunos com necessidades educativas especiais	27

Introdução

Este relatório representa o culminar do meu estágio, a prática de ensino supervisionada, no 1º e 2º Ciclos do Ensino Básico, com vista à obtenção do grau de Mestre, nestes níveis de ensino, de acordo com os Decretos Lei nº 74/2006, de 24 de Março e nº 43/2007, de 22 de Fevereiro.

Após um ano direccionado para a vertente curricular, sucedeu-lhe a prática supervisionada e este relatório tenta reflectir, o que foram estes dois anos, em termos de práticas educativas, estratégias implementadas, actividades desenvolvidas, dificuldades diagnosticadas, nomeadamente nas planificações, enfim, todo um conjunto de situações, que nos permitiram e permitem, uma melhor adaptação aos contextos educativos do presente.

Este trabalho encontra-se dividido em três capítulos. No primeiro, tentámos caracterizar o meio em que se inserem as escolas, onde decorreu a minha prática pedagógica. A primeira abordagem refere-se à Escola Básica do 1º Ciclo, pertencente ao Agrupamento de Escolas Carolina Beatriz Ângelo e à caracterização socioeconómica e psicopedagógica da turma de 4º ano. Já a segunda parte diz respeito à Escola Regional Dr. José Dinis da Fonseca e às suas turmas de 5º e 6º anos. Também estas foram alvo de caracterização. No segundo capítulo, na primeira parte, refere-se a disposição legal que regula os mestrados habilitadores à docência, – Decretos-Lei nº 43/2007 e nº 74/2006. Segue-se uma descrição do decurso da prática supervisionada e, por fim, à avaliação. Em relação ao terceiro capítulo foi feita uma abordagem a uma problemática muito pertinente e crítica nos dias de hoje: a falta de valores e de ética, na sociedade actual. Nesse sentido, tentámos auscultar o que aprofundaram e nos legaram alguns pensadores sobre esta questão, e as suas propostas para superar esta “decadência” das sociedades actuais.

Por fim, apresentaremos a conclusão em que teceremos algumas considerações que julgamos importantes para sistematizar as ideias.

Pelo sonho é que vamos,
comovidos e mudos.
Chegamos? Não chegamos?
Haja ou não haja frutos,
pelo Sonho é que vamos.
Basta ter fé no que temos.
Basta a esperança naquilo
que talvez não teremos,
Basta que a alma demos,
com a mesma alegria,
ao que desconhecemos
E ao que é o dia-a-dia.
Chegamos? Não chegamos?
-Partimos. Vamos. Somos ●

(Sebastião da Gama)

**1º CAPÍTULO - Enquadramento Institucional – Organização e
Administração Escolar**

1.1 – Agrupamento de Escolas Carolina Beatriz Ângelo - Escola Básica do 1º Ciclo

1.1.2 – Caracterização do meio

Sequeira, antiga aldeia na periferia da Guarda, actualmente situa-se no perímetro urbano da cidade, pertencendo à freguesia de S. Miguel. Na parte antiga da Sequeira, são evidentes algumas características de ambiente rural, nomeadamente, a criação de animais para alimentação das famílias e a agricultura de subsistência nos quintais das habitações. Predominam as moradias unifamiliares, em contraste com a zona nova da localidade, onde encontramos prédios com vários andares, sendo actualmente uma área dormitório da cidade da Guarda (Bairro de Santo António, Bairro Nossa Senhora de Fátima, Urbanização Quinta das Covas).

Os transportes públicos que servem a freguesia são considerados insuficientes, sendo que a Câmara Municipal da Guarda assegura os transportes escolares das crianças que deles necessitam.

A freguesia dispõe de alguns serviços básicos, como os bancos, correios e serviços de comércio, indispensáveis ao dia a dia dos habitantes.

1.1.3 – Caracterização da escola

A escola EB 1 da Sequeira pertence ao Agrupamento de Escolas Carolina Beatriz Ângelo, com sede na Escola EB 2, 3 Carolina Beatriz Ângelo, situada na Urbanização da Quinta das Covas, Sequeira.

O edifício desta escola do 1º ciclo do ensino básico é constituído por 3 salas, sendo que uma é o jardim-de-infância, nas outras duas salas estão as turmas do 1º e 3º anos. As restantes turmas do 1º, 2º, 3º e 4º ano funcionam nas instalações do colégio Outeiro de S. Miguel, uma vez que a EB1 da Sequeira não possui instalações físicas suficientes para os albergar.

Quer na Sequeira, quer no Outeiro existem casas de banho suficientes para crianças e adultos, bem como espaço para as crianças utilizarem durante os intervalos, quando o tempo o permite ao ar livre, ou nos dias de intempérie um espaço coberto.

Existe na Escola material didáctico suficiente (livros, jogos, carimbos, material de medida, materiais de desgaste, globos terrestres, mapas, etc.).

Ambos os espaços, Sequeira e Outeiro, possuem *placards* para a afixação dos trabalhos dos alunos, quer no interior das salas, quer nos espaços comuns. Estão também disponíveis fotocopiadoras, como recurso dos professores. As salas estão apetrechadas com estantes de acesso fácil, onde estão dispostos os materiais dos alunos e os didácticos.

O material informático disponível, fornecido pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, não é suficiente para ser utilizado por várias crianças ao mesmo tempo, contudo, todas as salas estão equipadas com computador e impressora, mas sem ligação à *internet*. Existe, também, algum *software* didáctico disponível, quer na escola do 1º ciclo, quer disponível na biblioteca da escola, sede do agrupamento, que pode ser requisitado para utilização nas aulas.

Ambas as instalações, as do Outeiro e as da EB1 da Sequeira, possuem um projector de vídeo, que pode ser utilizado por todas as turmas, quando o seu docente assim o decidir.

Esta Escola Básica tem como recursos humanos seis professoras do 1º ciclo do ensino básico, titulares de turma, duas professoras de apoio, uma professora do Ensino Especial e três assistentes operacionais, para um total de 90 alunos.

1.1.4 – Caracterização da sala de aula

A sala de aulas (Figura 1) encontra-se equipada com um computador com ligação à *internet* e uma impressora. No que se refere a mobiliário, dispõe de três estantes, onde estão guardados materiais dos alunos e materiais didácticos. O material didáctico presente dentro da sala de aulas é, entre outros, livros, jogos, material de medida, mapas (...). Existem, também, *placards* para afixação de trabalhos dos alunos, bem como folhetos informativos afixados.

A organização dos alunos na sala de aula está distribuída de modo a que estes possam ter a melhor participação no processo de ensino e aprendizagem e alcançar maior rendimento. Ao fundo da sala encontram-se os quatro alunos que oferecem mais dificuldades, porque lhes é prestado apoio específico, por professoras do ensino especial.

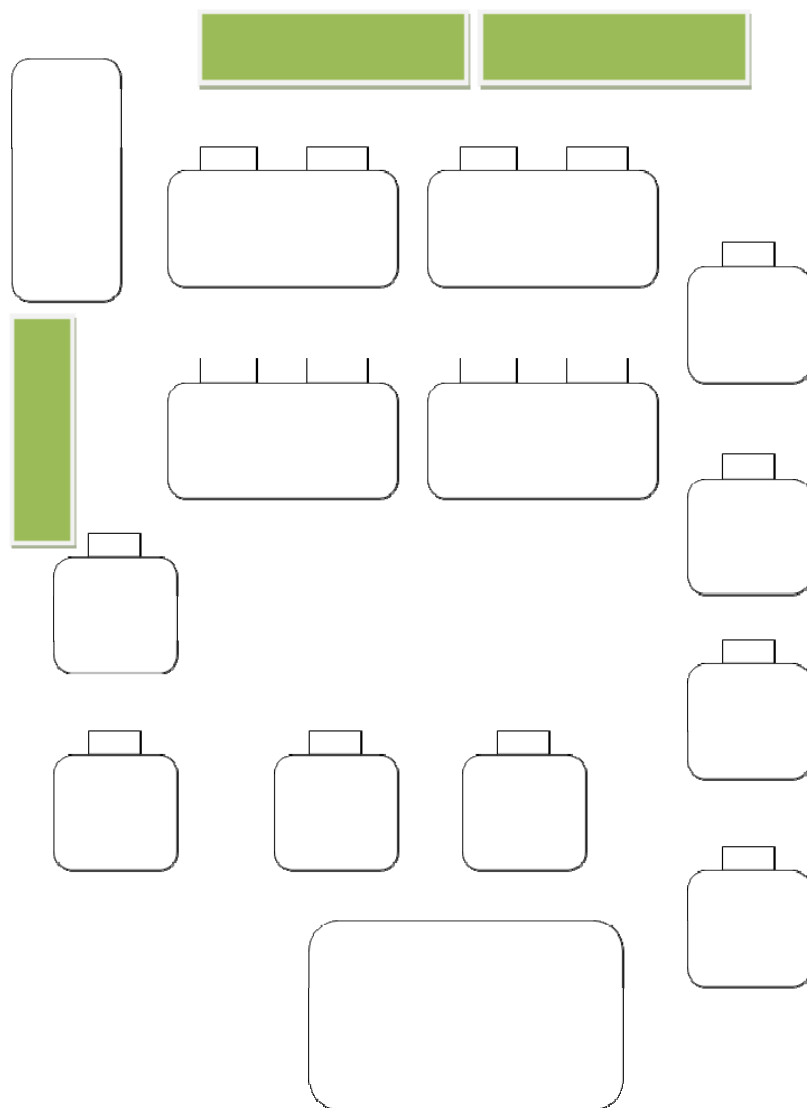


Figura 1 – Planta da sala de aula e disposição do mobiliário

1.1.5 – Caracterização da turma B do 4º ano

1.1.5.1 -Caracterização socioeconómica

A turma B, do 4ºano, do primeiro ciclo, inclui dezassete alunos, constituindo um contexto socioeconómico diversificado.

No que concerne à idade dos alunos, 14 (82%), destes têm onze anos, 2 têm 10 anos (12%) e 1 tem treze anos, (5%).

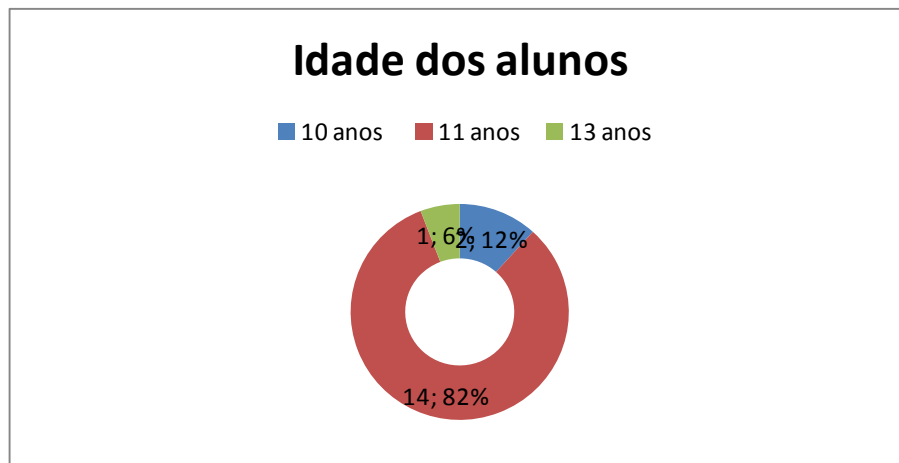


Gráfico 1 – Idade dos alunos

A turma é constituída por 10 elementos do sexo masculino e 7 do sexo feminino (Gráfico 02)

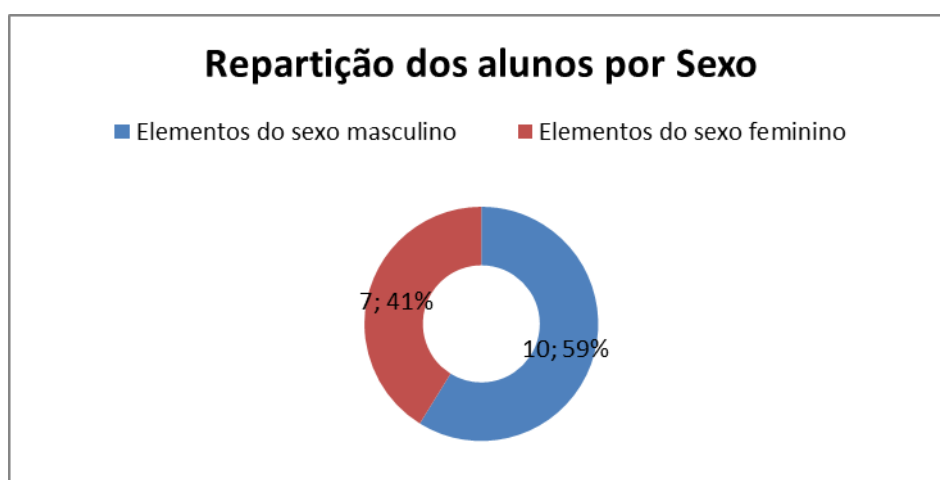


Gráfico 2 – Repartição dos alunos por sexo

A maioria dos alunos, 13 (76%), vive na área de influência da escola (Freguesia de S. Miguel, Guarda) com os pais e irmãos. Há, também, 3 alunos (17,6%) que estão em regime de internato no Outeiro de São Miguel (Escola Regional Dr. José Dinis da Fonseca, também localizada na freguesia de S. Miguel). Apenas, uma pequena parte, 4 alunos, (24%) vivem noutras freguesias da cidade (Gráfico 03).

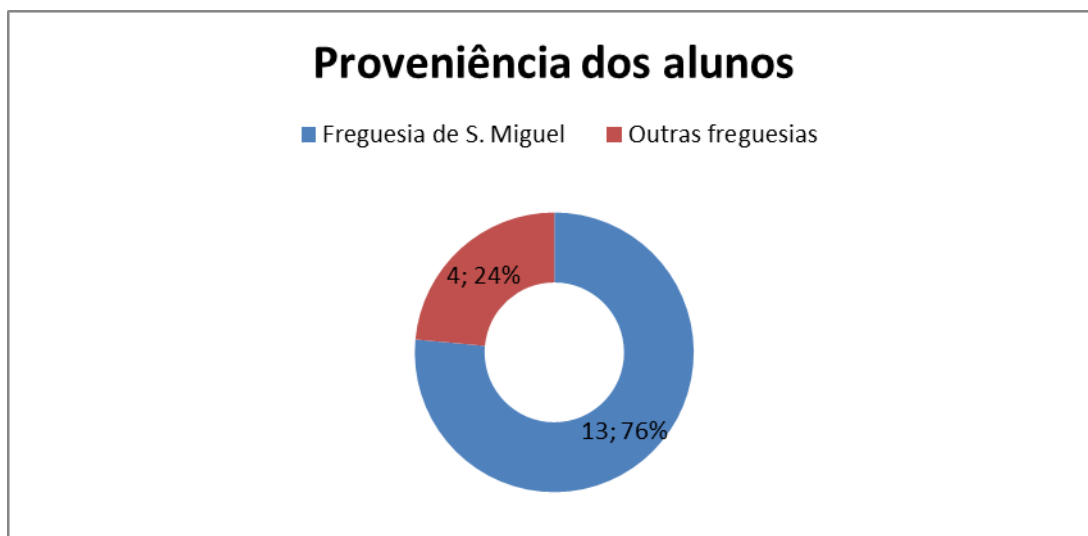


Gráfico 3 - Proveniência dos alunos

Relativamente ao número de irmãos dos alunos da turma, em estudo, 7 têm irmãos o que corresponde a 41%. 4 alunos têm um irmão, 5 alunos dois irmãos e 1 aluno três irmãos (Gráfico 4).

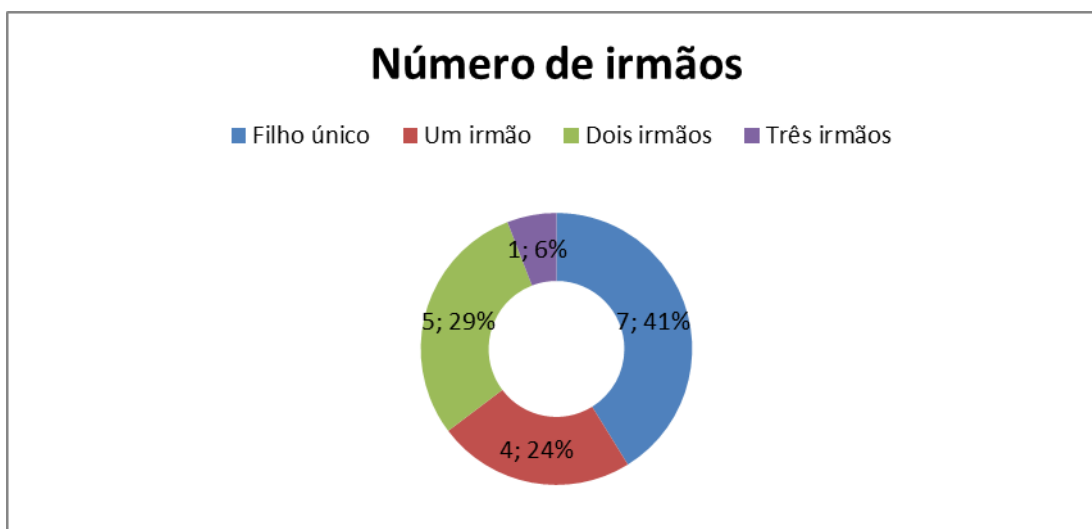


Gráfico 4 - Número de irmãos

As habilitações literárias dos encarregados de educação são predominantemente o 6ºano de escolaridade. Há encarregados de educação, cujas habilitações são desconhecidas, 6 e 7, respectivamente Gráficos 5 e 6.

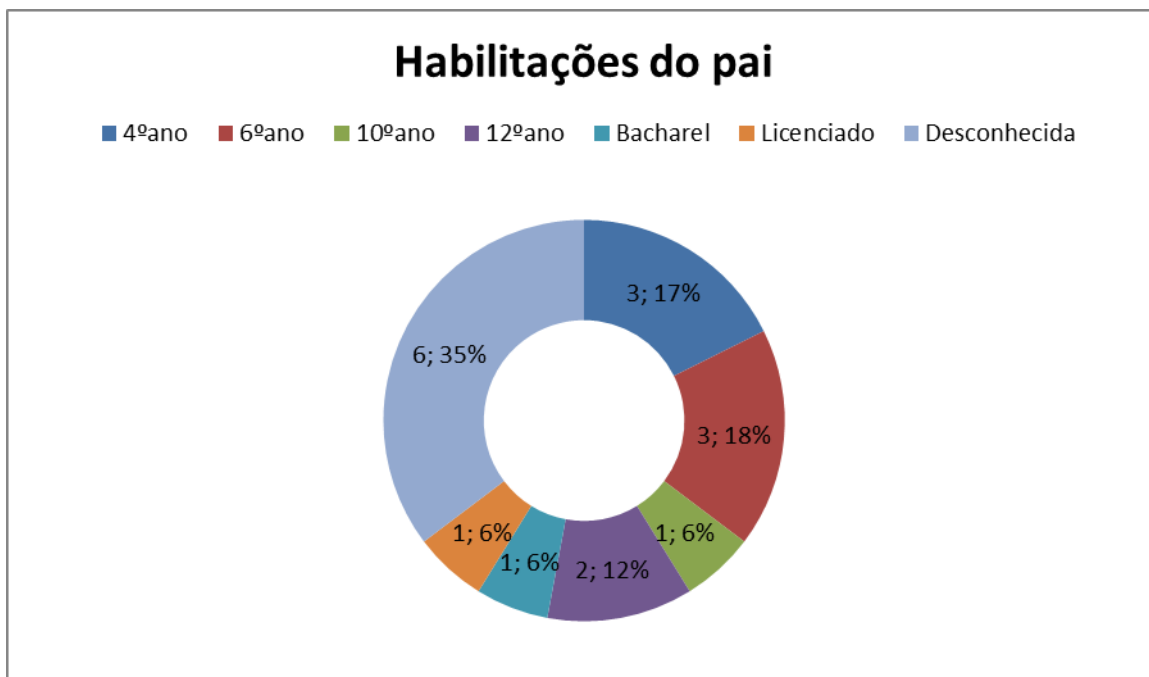


Gráfico 5 - Habilitações do pai

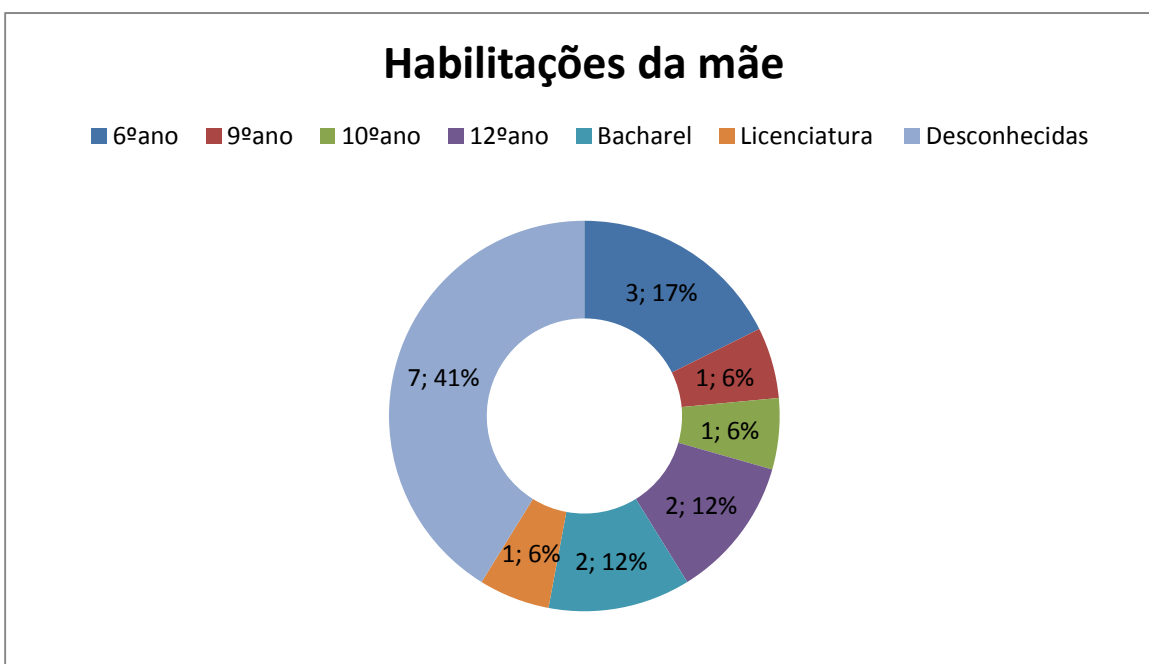


Gráfico 6 - Habilitações da mãe

No que diz respeito às habilitações académicas dos pais, 35% e 41% , respectivamente, são desconhecidas. Verifica-se que apenas uma pequena percentagem possui habilitações académicas superiores.

É de referir, ainda, que as dificuldades económicas disfarçadas são uma constante nesta escola e devem ser geridas com equilíbrio e sensatez, já que existem muitos pais desempregados, um número que tende a aumentar, pois existem fábricas e outros serviços em crise, devido à conjuntura económica.

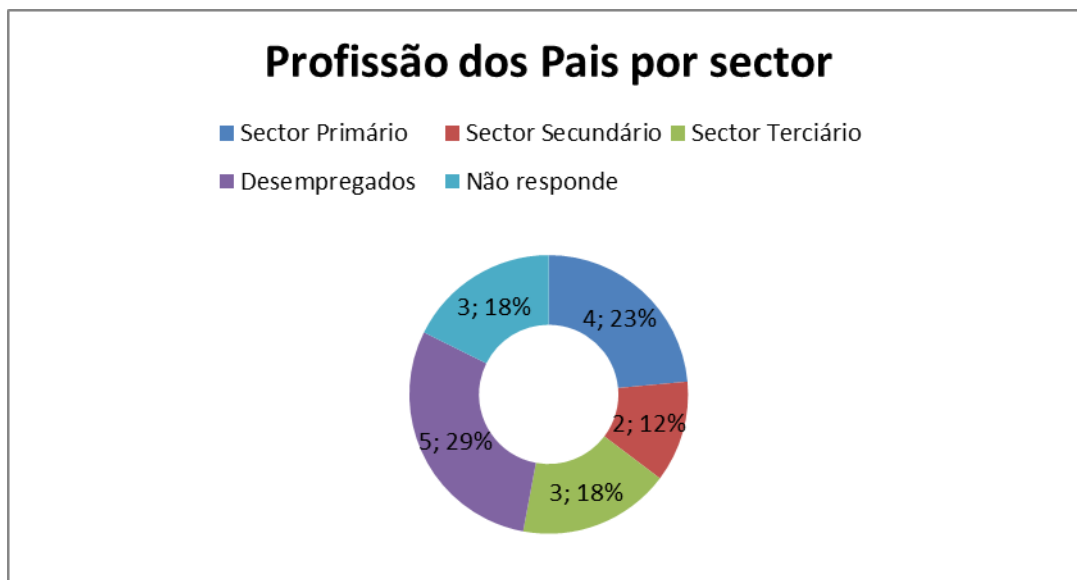


Gráfico 7 - Profissão do pai por sector

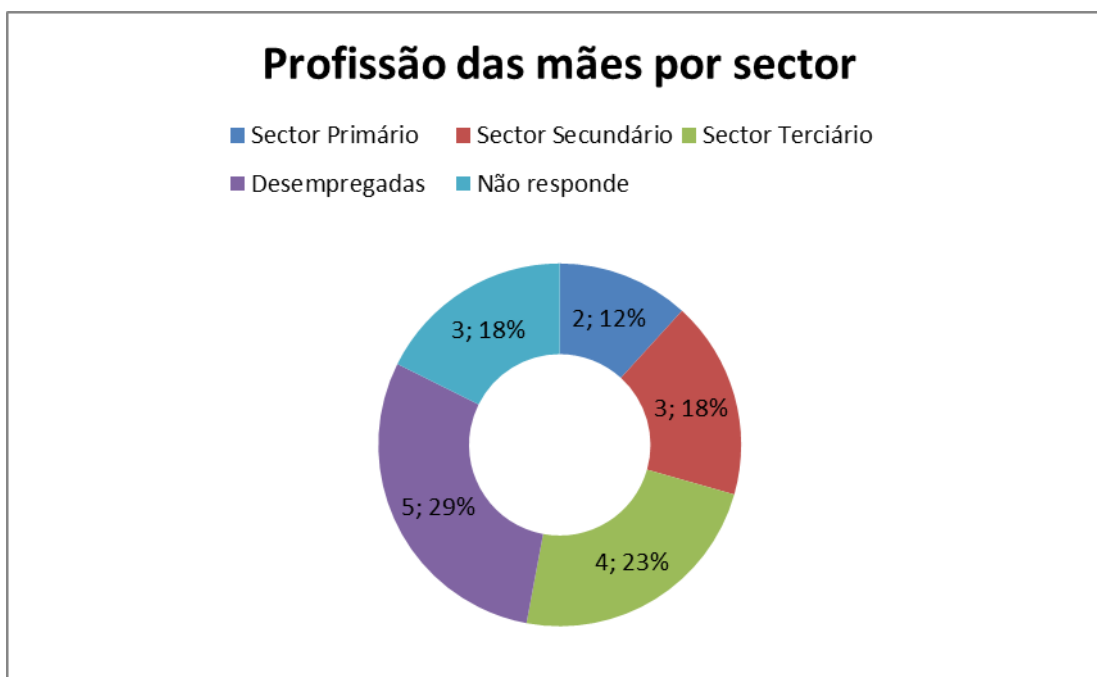


Gráfico 8 - Profissão da mãe por sector

No que concerne à profissão dos pais, verificamos que existe grande número, de pais e mães desempregados, 29 %, em ambos, representando um valor elevado, para o momento presente, no que respeita à empregabilidade, na região.

1.1.5.2. -Caracterização psicopedagógica

Os alunos desta turma são muito participativos, demonstram hábitos de trabalho, a nível global, à excepção de uma aluna, que não está referenciada para apoio, mas cujo ritmo é muito lento. Há, também, um aluno que já ficou uma vez retido e que se desinteressa muito facilmente, apresentando muitas dificuldades de aprendizagem.

Os alunos têm, com algumas excepções, uma aprendizagem com ritmo significativo, participando oportunamente e evidenciando hábitos de trabalho e estudo. Todavia, existem dois alunos que revelam falta de atenção e concentração. Sempre que as actividades lhes despertam algum interesse acompanham-nas com entusiasmo, mas distraem-se, facilmente, logo que não sejam as suas áreas curriculares preferidas. Há, ainda, dois alunos escolarizados ao abrigo do Decreto-lei, nº3/2008, de 7 de Janeiro e, por isso, com Plano Educativo Individual (P.E.I), que usufruem de um acompanhamento mais individualizado.

A quase totalidade da turma frequentou o jardim-de-infância a partir dos 3 anos de idade e alguns alunos já se conhecem desde essa altura.

Segundo informação recolhida no meu primeiro dia de regência, junto da professora titular da turma, podemos afirmar que o grupo tem elevado nível de autonomia, embora necessitando o auxílio regular do professor. O grupo/turma apresenta um nível de raciocínio lógico próprio da idade, manifestando cultura geral. No entanto, revela, por vezes, dificuldades na leitura e interpretação de textos. A maioria dos elementos do grupo, acompanha as tarefas e tem bom ritmo de aprendizagem. Porém, algumas crianças precisam de um acompanhamento mais individualizado, quer na sala de aula, quer no apoio do docente do ensino especial, já que estão referenciadas para tal. Assim verificamos que a turma, na sua globalidade, demonstra interesse em aprender e em participar e não tem grandes dificuldades em acompanhar os objectivos do programa. São crianças normais, saudáveis e alegres e emanam a inocência e carinho próprios das suas idades. Todos têm as suas especificidades, havendo umas mais irrequietas que outras, algumas com bastante interesse em participar e outras mais caladas. Há, ainda, uma criança que tem um índice de absentismo elevado, pois a sua família, sai amiúde da cidade, de acordo com hábitos culturais da etnia cigana à qual pertence.

Após conversa informal com os alunos, e segundo informações da professora, percebemos que a maioria refere como disciplinas preferidas a Matemática e a Língua Portuguesa, pois gostam de resolver problemas de estatística e quase todos já superaram as dificuldades apresentadas em Língua Portuguesa, no ano anterior. É de salientar que alguns alunos consideram não ter dificuldades em nenhuma das disciplinas. Das nossas conversas com os alunos, destacou-se que são crianças com bastante consciência social, estando despertas para os problemas do quotidiano, com os quais contactam, através dos noticiários. Também identificam, com facilidade, o que está certo e errado, sabendo encontrar soluções para questões que possam surgir e interessam-se bastante por trabalhos em grupo, conseguindo organizar-se para obter bons resultados, sendo, por isso, uma estratégia a adoptar frequentemente.

1.2- Escola Regional Dr. José Dinis da Fonseca

1.2.1- Origem da Escola

Segundo os documentos orientadores desta Escola e relatos de pessoas que aqui trabalham há já algumas décadas, o seu aparecimento deve-se ao Senhor Desembargador, Dr. José Dinis da Fonseca, que aqui viveu nos anos 20, homem de boa vontade, que, não sendo de grandes manifestações exteriores, aprendera de seus pais a preocupar-se com os outros. Assim, a sua casa estava sempre disponível, para quantos dela necessitavam, inclusivamente os transeuntes que, a caminho de Coimbra, se dirigiam a Fornos ou a Mangualde a tomar a deligência e aqui precisavam de pernoitar.

Pela mesma época, surgiu, na diocese da Guarda, uma figura carismática, D. João de Oliveira Matos, Bispo auxiliar que, nas suas visitas pastorais encontrou muita gente da índole do já referido Desembargador. Do grupo, faziam parte duas das suas sobrinhas, que viviam no Rochoso, aldeia situada a 5Km da Cerdeira e que se tornaram colaboradoras directas do Bispo D. João. Por seu intermédio, chegou o Bispo auxiliar ao conhecimento de seu tio, Dr. José Dinis da Fonseca que, se bom era, melhor se tornou, em contacto com o referido bispo, a quem todos consideravam santo.

Neste contexto, pensou D. João e reuniu essas pessoas com quem contactava de perto e com elas pensou fundar uma obra de Igreja. Tal sonho concretizou-se e surgiu em 1927, com o nome de Liga dos Servos de Jesus.

Morria o Desembargador em Fevereiro de 1931 e já a Obra de D. João de Oliveira Matos iniciara os seus primeiros passos. Pensando os colaboradores do prelado, e membros da recém fundada Obra, na promoção da gente da aldeia, logo destinaram a residência legada, de si bastante ampla, a uma escola para rapazes, à qual deram o nome de Escola Regional Dr. José Dinis da Fonseca, em memória do generoso Desembargador.

Em 1938, o colégio masculino foi transferido para o Outeiro de S. Miguel, onde ainda hoje se mantém. Após obras de adaptação nas instalações, o Colégio feminino, até então instalado no Rochoso, mudou para a Cerdeira, para os espaços anteriormente utilizados pelos rapazes. Aqui se encontra ainda hoje. Isto aconteceu em 1939. Foi-lhe concedido o alvará nº 434, que veio a ser substituído pelo nº 1214, em 29 de Julho de 1952. Sendo uma escola particular, o ensino tinha que ser pago pelos pais, mas com a publicação do D.L. 553/80 de 21 de Novembro, onde é consagrada a liberdade de aprender e de ensinar, incluindo o direito dos pais à escolha e orientação do processo educativo dos filhos, o Estado assumiu uma política de apoio à família, instituindo subsídios destinados a custear as despesas com a educação, celebrando contratos, com as escolas particulares. Também esta escola passou a usufruir desse direito, celebrando anualmente o Contrato de Associação, o que lhe permitiu, a partir dessa data, ministrar um ensino gratuito e facilitar o acesso a alunas de todas as condições sociais.

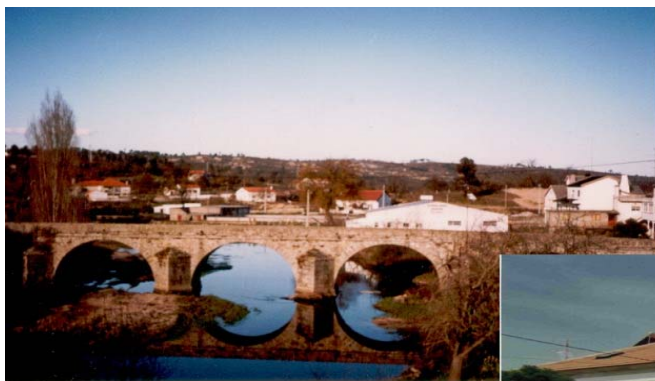


Figura 2 - Ponte sobre o rio junto à escola



Figura 3 - Entrada e fachada principal

A gratuitidade do ensino, o alargamento da escolaridade obrigatória até ao 9º Ano, a emigração e a existência de internato, fez com que o número de estudantes aumentasse significativamente.

Actualmente a escola continua a ser gerida pela Liga dos Servos de Jesus, obra diocesana já referida anteriormente (Fonseca, 2010).

Após a publicação de medidas que visavam o encerramento de várias escolas do Ensino Particular e Cooperativo, por parte de Órgãos Governamentais, foi feito um estudo, por uma equipa nomeada pelo Ministério da Educação, que deu o seguinte parecer, em relação a esta Escola: “(...)A localização e as características deste estabelecimento de ensino particular e cooperativo são as principais razões que levam à proposta de manutenção do contrato de associação, (...). Este é, claramente, um dos estabelecimentos de EPC’s da Região Centro cuja resposta em termos de rede mais justifica a contratualização...” (Fonseca, 2011).

1.2.2- Caracterização do meio

O concelho do Sabugal localiza-se na província da Beira Alta, sendo um dos 14 concelhos do distrito da Guarda. Ocupa a parte meridional do território de Ribacôa, nome que se deve ao facto de ser atravessado, de sul para norte, pelo rio Côa.

É composto por 40 freguesias e 102 povoações, numa área de 820Km² e tem cerca de 17000 habitantes. Confina com os concelhos da Guarda e de Almeida, a norte; com o concelho de Belmonte, a oeste e com os concelhos de Fundão e Penamacor, a sul. A este, com a Espanha.

No limite deste concelho com o da Guarda e de Almeida, situa-se uma das suas 40 freguesias - a CERDEIRA.

Na margem esquerda de um dos afluentes do já mencionado rio Côa, o Noéme, na extremidade norte da ponte românica que une as duas margens, ergue-se um edifício granítico, com portados e fenestração de cantaria, que desperta a atenção do transeunte, é a Escola Regional Dr. José Dinis da Fonseca, da Cerdeira, antes Secção Feminina, e hoje escola mista, também designada por Colégio da Cerdeira (fig.4)

Em frente está localizada a pequena capela do Senhor dos Aflitos. A oeste, para lá do rio Noéme, avista-se a linha da Beira Alta, um dos possíveis acessos à Escola. Para lá da linha férrea, uma paisagem rural agreste de pinheiros e carvalhos, imprime à atmosfera um aspecto saudável e entre o caminho-de-ferro e o rio, observam-se algumas veigas cultiváveis, de dimensões reduzidas.

A aldeia onde a escola se situa é desertificada, como a maior parte das aldeias do interior. Não faz parte da chamada raia (de Espanha), mas dista de Vilar Formoso apenas cerca de 25 Km, pela A25, o que significa que a mesma distância a separa de Espanha. Quando o caminho-de-ferro foi construído, a Cerdeira chegou a ser um meio desenvolvido, mas actualmente tudo mudou. O comércio e os serviços públicos que existiam foram desaparecendo a pouco e pouco.

Quanto a monumentos, podem considerar-se a Igreja paroquial com a torre, uma outra torre mais antiga, onde está colocado o relógio que marca o ritmo da freguesia, e a já referida ponte sobre o Noéme. Havia um arco sob o caminho-de-ferro, com alguma arte, mas foi destruído para dar altura de passagem aos grandes camiões (Fonseca, 2010).



Figura 4 - Vista aérea do perímetro escolar

1.2.3- Caracterização da escola

CRISTO É O FUNDAMENTO do Projecto Educativo desta escola.

A escola católica tem uma identidade própria: não é rotineira, nem está preocupada só com a subsistência; tem, como outras escolas, objectivos culturais, mas deve ajudar os alunos a crescer, iluminados pela Fé, no conhecimento da vida, do homem e do mundo.

O ensino ministrado deve ter por base uma dupla síntese: Fé-cultura, através do ensino das diversas disciplinas, e do contributo pessoal de cada professor; Fé-vida, gerada pela própria comunidade educativa e testemunhada pelos educadores. Assim, é facultada formação aos professores não só no aspecto científico e pedagógico, como também humano, moral e religioso e promovem-se acções de formação do mesmo teor para pais e pessoal não docente, a nível de escola e organizadas pela APEC (Associação Portuguesa das Escolas Católicas).

Pelo facto de uma Escola Católica ter objectivos comuns a qualquer escola, não pode esquecer os seus objectivos específicos, que também são importantes: **formar cidadãos, conscientes, livres, responsáveis, actantes e, sobretudo, cristãos**. Numa sociedade tão voltada para os valores materiais, urge aparecer alguém que tente despertar o indivíduo para a realidade deste mundo passageiro pelo qual não se deve deixar dominar. Não significa, do que atrás foi exposto, que não se aceitem alunos de outras religiões. Sabemos aceitar e respeitar as diferenças. É pertinente, citar Sua Eminência o Cardeal Patriarca de Lisboa, na sua comunicação sobre a Escola Católica, no Fórum organizado pela APEC e que teve lugar em Janeiro de 2007. “Educar não é proteger e fechar numa redoma. O educando deve ser habituado a confrontar-se com a realidade, com espírito crítico e com a gradualidade exigida pelo seu crescimento. Deve ser preparado para ter um juízo crítico sobre essa realidade, para não ser esmagado por ela. Isso supõe que o Projecto Educativo comunique uma visão da sociedade, com os seus valores fundamentais, parte constitutiva da cultura...” (Fonseca, 2010).

Esta Escola no processo ensino e aprendizagem prima pela qualidade, rigor e exigência no saber e no aprender, pela transparência no processo de avaliação, boa relação Professor – Aluno, disponibilidade dos professores para o atendimento personalizado aos alunos/Pais e Encarregados de Educação, existência de salas de estudo orientado, apoio ao estudo, regime de internato e externato, bom relacionamento com as instituições locais, prática de um ensino por afectos, preocupação em acolher e integrar, não discriminando a diferença.

1.2.4- Os Alunos

A maior parte da nossa população escolar é originária de famílias rurais, operários, comércio e serviços, sendo uma minoria proveniente do sector terciário.

Tem algum peso a percentagem de alunas provenientes de famílias desestruturadas, algumas das quais institucionalizadas em Lares de Jovens, quer no Rochoso, quer na Ruvina, ambas valências do Instituto de S. Miguel: Lar de Jovens de Jesus Maria José e Casa de Cristo Rei, respectivamente. De vez em quando, o Instituto de Reinserção Social também nos pede colaboração para casos de necessidade, mais distantes.

1.2.4.1 Distribuição dos alunos por ciclo:

Nível de ensino	2010/2011
2º ciclo	50
3º ciclo	78
Total de alunos	128

Tabela 1 – Distribuição dos alunos por ciclo

No 2º ciclo havia duas turmas, uma no 5º e outra no 6º ano. No 3º ciclo, os alunos dividiam-se por quatro turmas, uma no 7º, uma no 8º e duas no 9º ano. (Tabela 1)

1.2.4.2 -Alunos com necessidades educativas especiais

Quer no 2º, quer no 3º ciclo, há alguns alunos escolarizados ao abrigo do Decreto-Lei nº 3/2008. Existe apenas um aluno com Currículo Específico Individual. Os restantes, têm um Programa Educativo Individual que fixa e fundamenta as respostas educativas e respectivas formas de avaliação. (Tabela 2)

Nível de ensino	2010/2011
2º ciclo	3
3º ciclo	6

Tabela 2 – Alunos com necessidades educativas especiais

1.2.4.3- Os Resultados Escolares

Através da análise do gráfico podemos concluir que na maioria das disciplinas, os alunos de 2º ciclo atingiram um sucesso efectivo. Nas áreas curriculares não disciplinares, as disciplinas de Educação Física, Educação Moral Religiosa e Católica, e Educação Visual e Tecnológica não houve qualquer nível inferior a 3. No entanto, as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática são aquelas em que o sucesso é menor, mas nunca inferior a 75%.



Gráfico 9 - Sucesso no 2º Ciclo 2009-2010 (retirado do Projecto Educativo de escola)

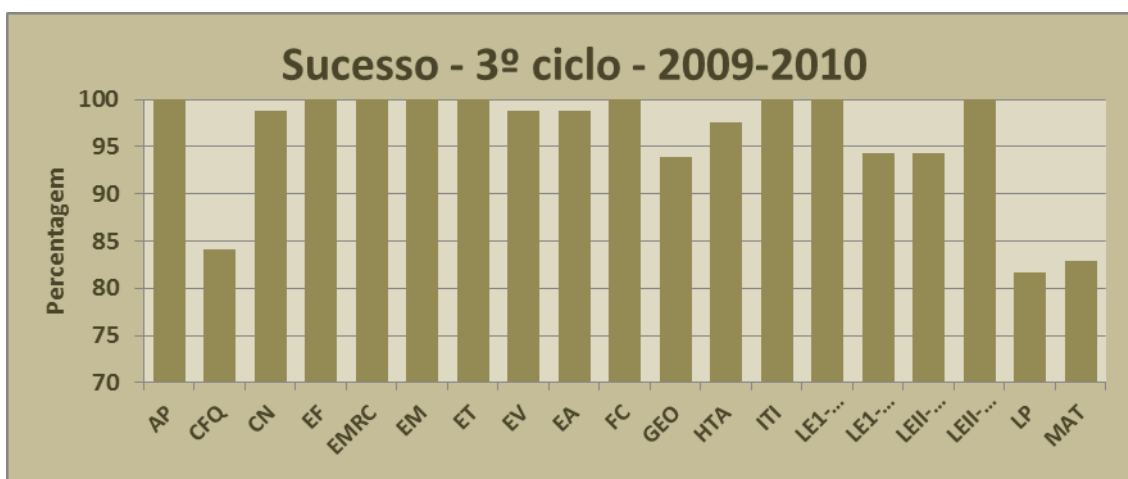


Gráfico 10 - Sucesso no 3º Ciclo 2009-2010 (retirado do PE de escola)

À semelhança do que acontece no 2º Ciclo, também os alunos de 3º Ciclo evidenciam mais dificuldades nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. Estas são as disciplinas com intervenção prioritária (com apoios educativos), visando a melhoria dos resultados, (Gráfico 2).

No entanto, e de uma forma geral, esta escola congratula-se com os resultados escolares, posicionando-se em lugares cimeiros nos *Ranking* dos Resultados dos Exames de 9º ano, facto que tem merecido distinção em vários órgãos de comunicação local e regional.

1.2.5- Caracterização da turma de 5º ano

1.2.5.1 - Caracterização socioeconómica

A turma A, do 5ºano, do segundo ciclo, da Escola Regional Dr. José Dinis da Fonseca, é constituída por 30alunos e apresenta um diferenciado meio socioeconómico.

Relativamente à idade dos alunos, 24 (80%) dos discentes têm dez anos; os restantes, 6, o que corresponde a (20%), são divididos em partes iguais (10%) pelos onze e doze anos (gráfico 7).

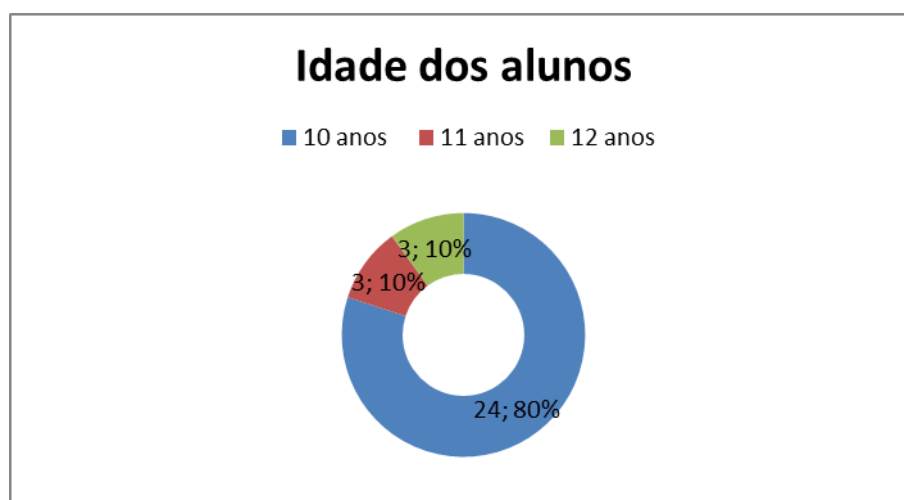


Gráfico 11 - Idade dos alunos

Num universo de trinta alunos da turma, 11 são do sexo masculino, o que corresponde a 37% dos elementos da turma e os restantes 43% são do sexo feminino (19 alunas), (Gráfico 12).

Uma primeira abordagem relativamente à proveniência dos alunos pode ser observada no Gráfico 13. Como é possível verificar há uma pequena percentagem de alunos provenientes do estrangeiro, Alemanha e Suíça. É importante lembrar que a Escola Regional Dr. José Dinis da Fonseca tem alunos em regime de internato e externato. Os alunos que representam esta minoria estão, obviamente, em regime de internato.

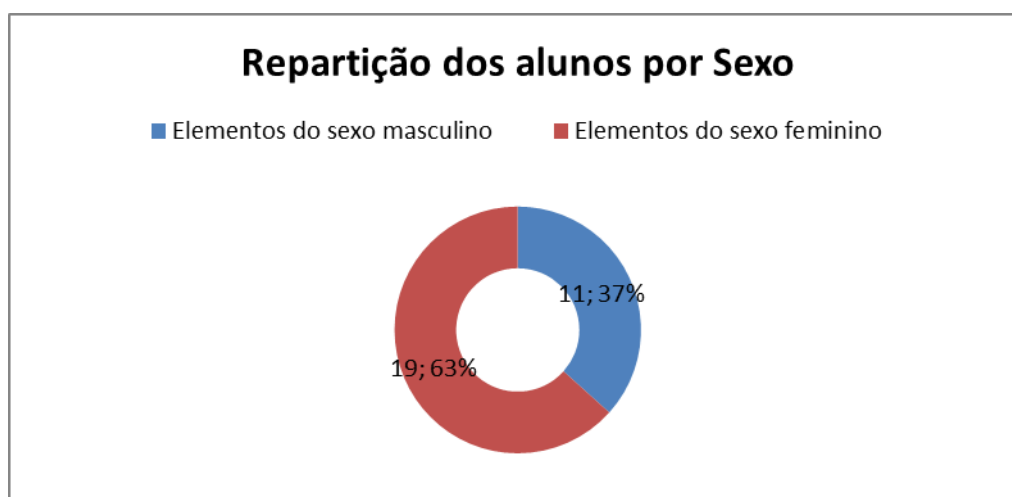


Gráfico 12 - Repartição dos alunos por sexo

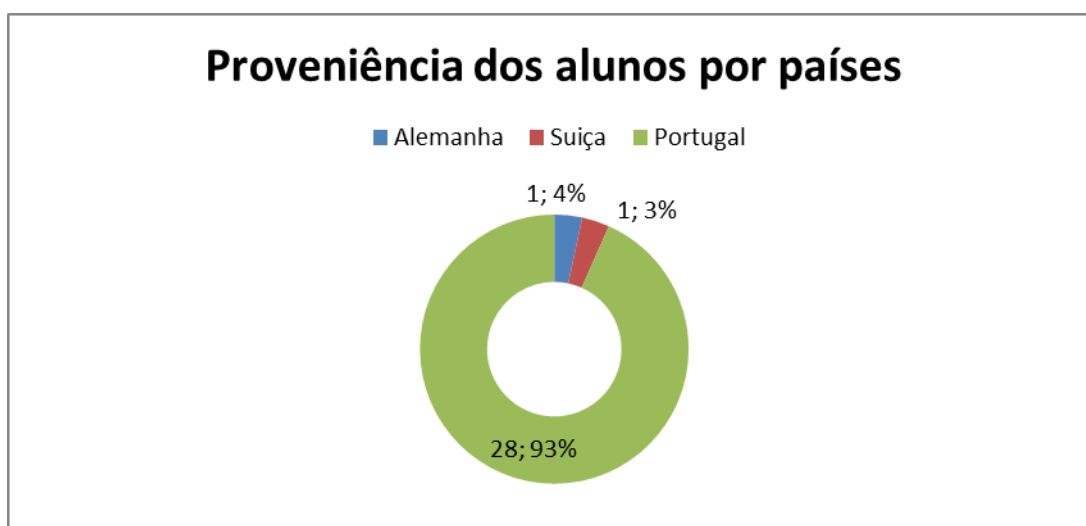


Gráfico 13 - Proveniência dos alunos por países

Numa segunda observação, Gráfico 14, é feita uma comparação dos alunos por distrito, em Portugal. Registamos, que a maioria dos alunos, 28 pertence ao distrito da Guarda (93%). No entanto, é de

referir que há 2 alunos residentes no distrito de Castelo Branco, concelho da Covilhã (7%) e 1 aluno do distrito de Lisboa, concelho de Oeiras, freguesia de Algés (3%).

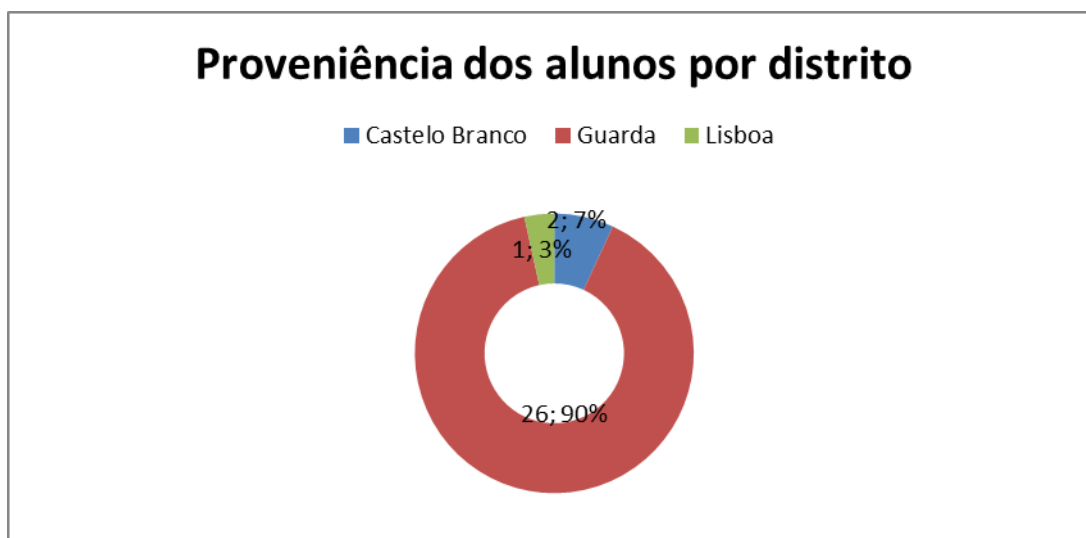


Gráfico 14 - Proveniência dos alunos por distrito

O Gráfico 15 mostra a distribuição dos alunos no distrito da Guarda. O concelho da Guarda preenche a turma com 14 alunos, 56%. O segundo concelho com maior representação é o do Sabugal, concelho onde se encontra sedeadada a Escola. Por fim, os concelhos de Almeida e Pinhel figuram na turma com um aluno, 4%, cada um deles.

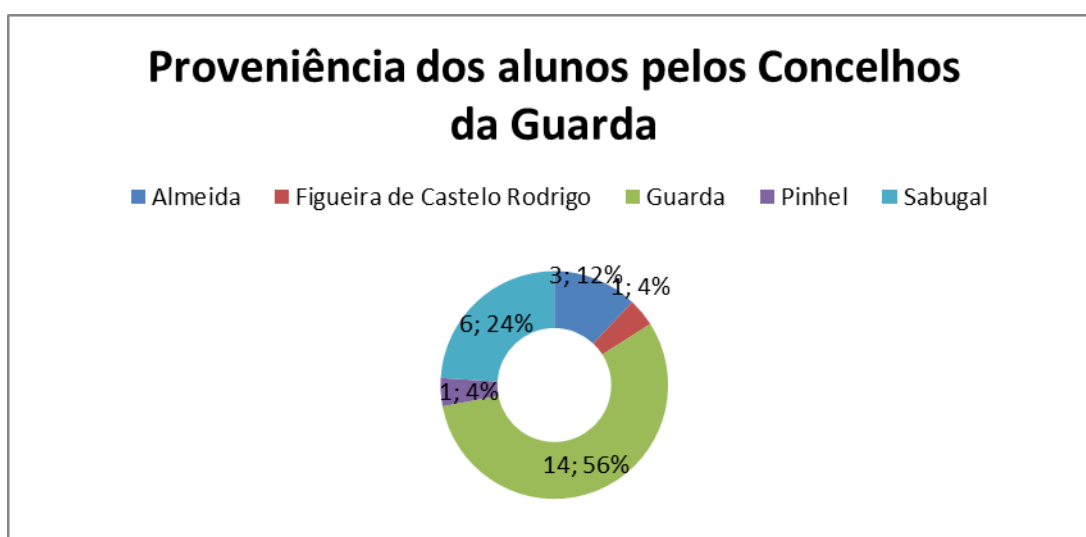


Gráfico 15 - Proveniência dos alunos por concelho

Os alunos que têm um irmão são os que mais se fazem representar na turma, com 16 alunos, (53%). Há também um número significativo de alunos com dois irmãos, 8, alunos (27%) e 5 alunos 17% são filhos únicos.

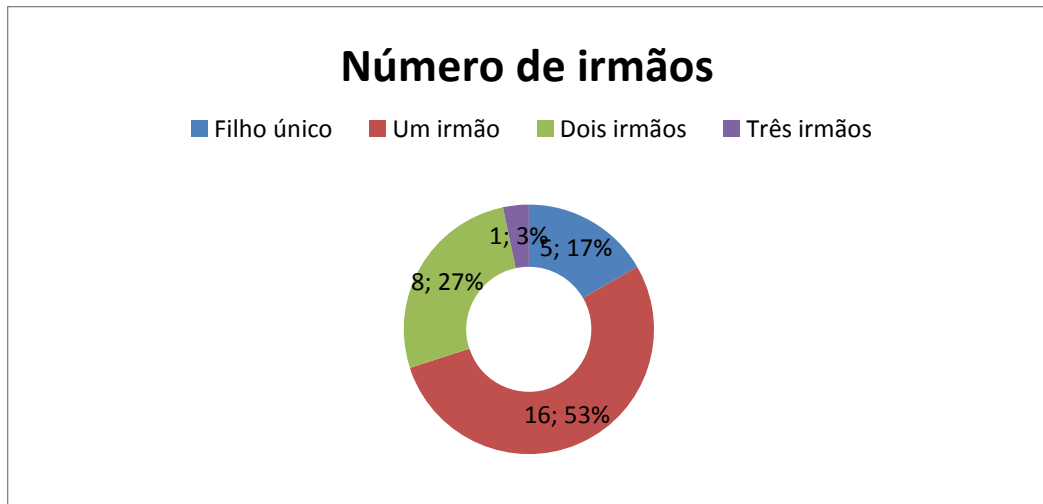


Gráfico 16 – Número de irmãos

Em relação às habilitações dos pais dos alunos da turma do quinto ano, turma A, é de salientar que 11, (37%) dos pais apresentam escolaridade mínima obrigatória, o 9º ano e 5, (17%) com o 4º ano de escolaridade, (Gráfico 17).

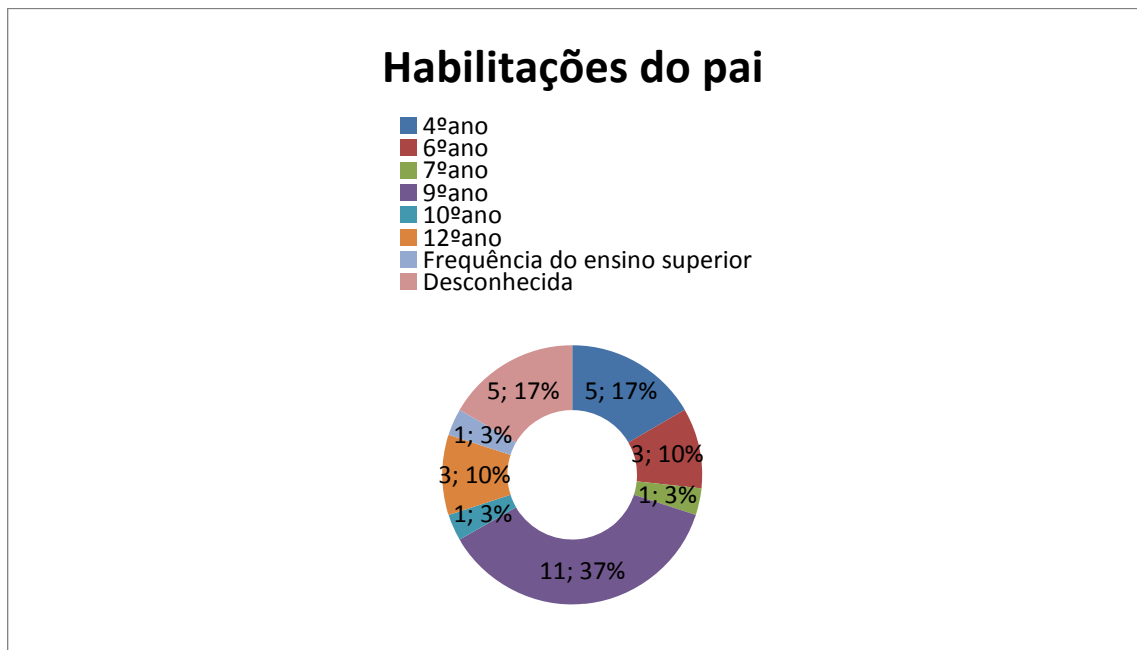


Gráfico 17 – Habilidade do pai

Analisando as habilitações da mãe, e após a observação do Gráfico 18, conclui-se que 9, (31%) têm o 12ºano. Comparativamente com as habilitações dos pais, estas possuem, no geral, habilitações académicas superiores.

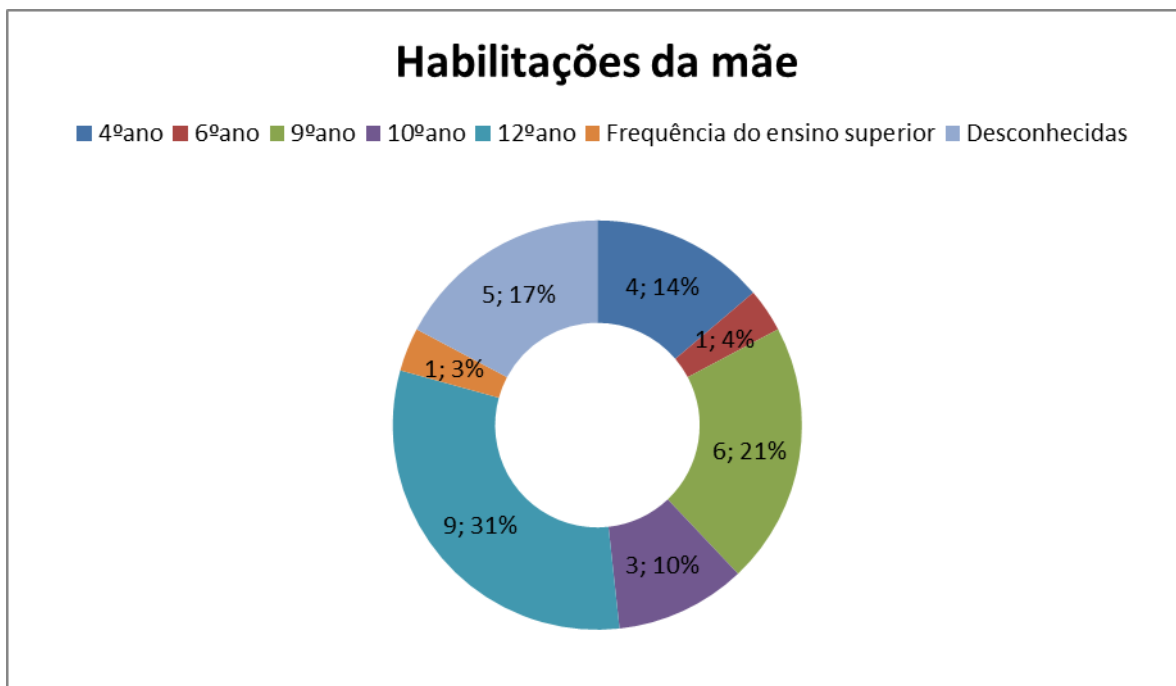


Gráfico 18 – Habilitações da mãe

Numa última análise e olhando às profissões, por sector, o Gráfico 19, evidencia que o sector secundário é o que prevalece na profissão dos pais, com 10, (33%), constatando-se que 2, (7%) encontram-se desempregados.

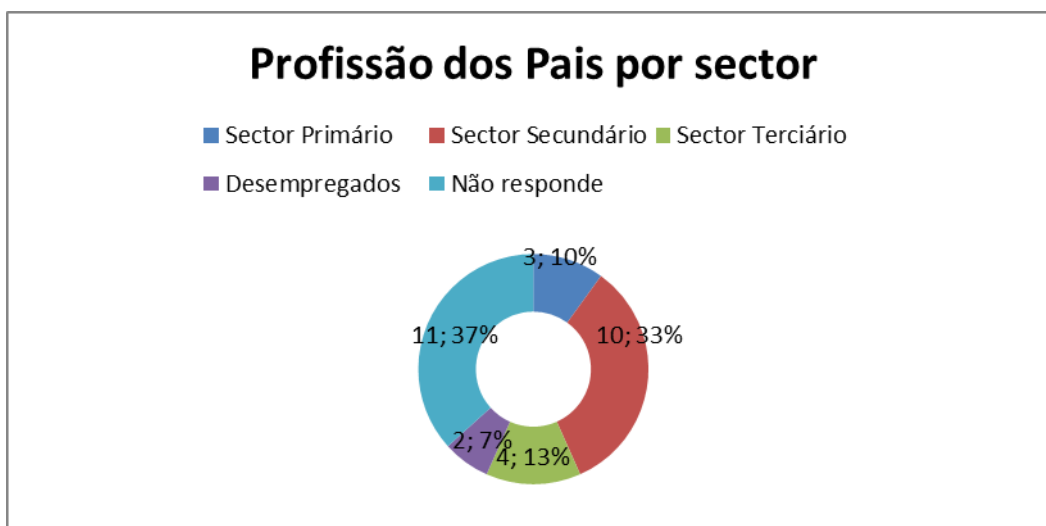


Gráfico 19 – Profissão dos pais por sector

Ao analisar o Gráfico 20 são os desempregados e o sector primário que mais se fazem representar, com 9 cada, (30%). O sector secundário é o 2º mais representado, com 6, (20%).

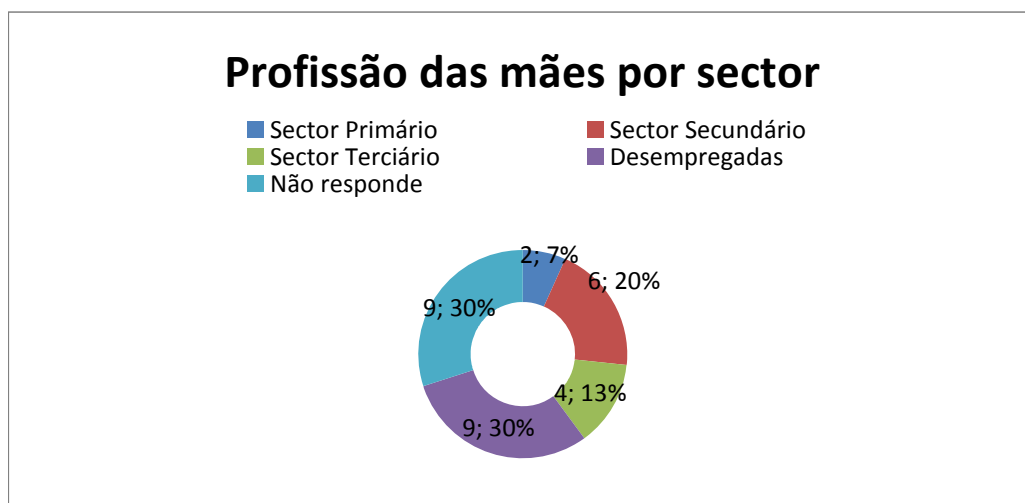


Gráfico 20 - Profissão das mães por sector

1.2.5.2 - Caracterização psicopedagógica

De uma forma geral, esta turma é constituída por alunos que revelam gosto pelo estudo e pelo saber. São criativos, autónomos e com espírito crítico. A maioria destes discentes despende, mais de uma hora por dia, a estudar as matérias dadas nas aulas. Há, no entanto, 8 alunos que já repetiram um ano, no 1º ciclo, o que nos permite concluir que a turma funciona nitidamente a “dois ritmos”. Se por um lado, há alunos muito perspicazes, detentores de uma vasta cultura geral, com gosto pela leitura e com hábitos e métodos de trabalho, por outro, há alunos que revelam dificuldades ao nível da interpretação oral e escrita; bem como na aquisição, compreensão e aplicação de conhecimentos, tendo dificuldade em manter a atenção/concentração e necessitando de um acompanhamento mais individualizado, o que muitas vezes só é possível extra-aula, em aulas de recuperação para pequenos grupos de alunos.

As principais dificuldades desta turma prendem-se com o facto de incluir um elevado número de alunos, o que impede a prestação de um apoio personalizado aos que detêm mais dificuldades.

No que toca aos tempos livres, são alunos que gostam sobretudo de utilizar computador, ver televisão, ouvir música, ir ao cinema, praticar alguma actividade desportiva, sobretudo futebol, estar com os amigos, passear e ler.

1.2.6 – Caracterização da turma de 6º ano

1.2.6.1 – Caracterização socioeconómica

A turma A, do 6ºano, do segundo ciclo, da Escola Regional Dr. José Dinis da Fonseca, Cerdeira é constituída por dezanove alunos, cinco do sexo masculino e catorze do sexo feminino. Relativamente à idade dos alunos, 10 (53%), têm onze anos. 8 (42%) tem doze anos, e 1 (5%) com 10 anos. (Gráfico 21)

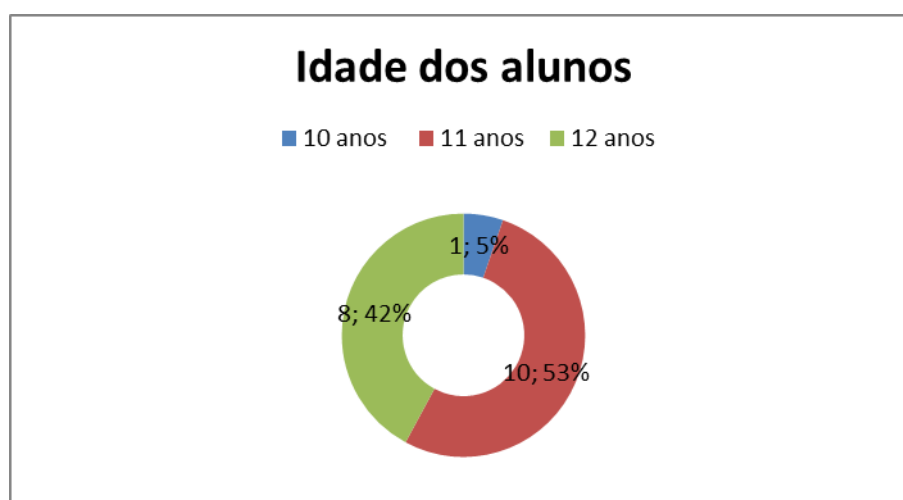


Gráfico 21 – Idade dos alunos

14 alunos da turma, (74%) são do sexo feminino e os restantes 5, (26%) do sexo masculino, (Gráfico 22).

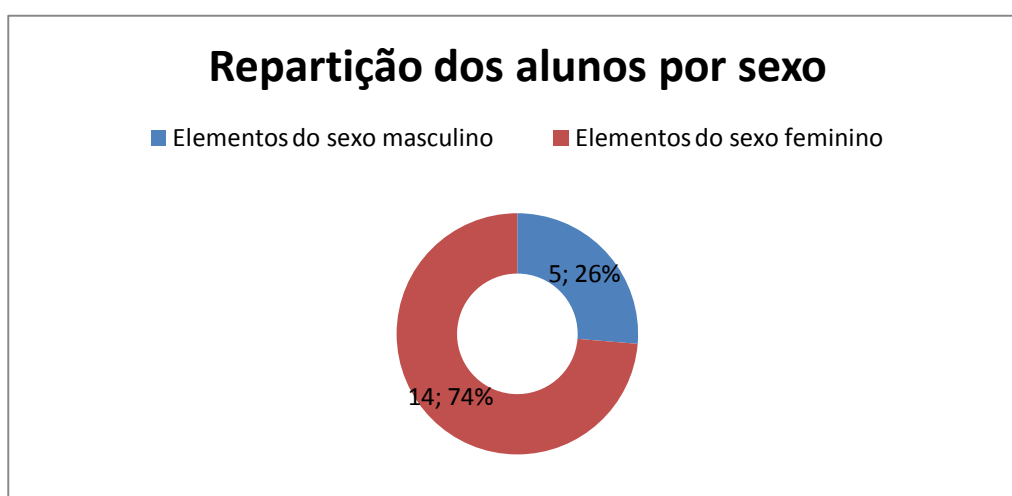


Gráfico 22 – Repartição dos alunos por sexo

Os concelhos de residência dos alunos repartem-se por dois distritos de Portugal Continental – Castelo Branco e Guarda. 1 aluno, (5%) pertence ao distrito de Castelo Branco, concelho de Belmonte e 18, (95%) ao distrito da Guarda (Gráfico 23). Devido à proximidade da residência à escola, os concelhos do distrito da Guarda com maior número de alunos são o do Sabugal, com 7, (39%) e Almeida e Guarda, com 5 alunos cada um, o que corresponde a (28%) . O Concelho de Pinhel representa a turma com um aluno, (5%) (Gráfico 24).

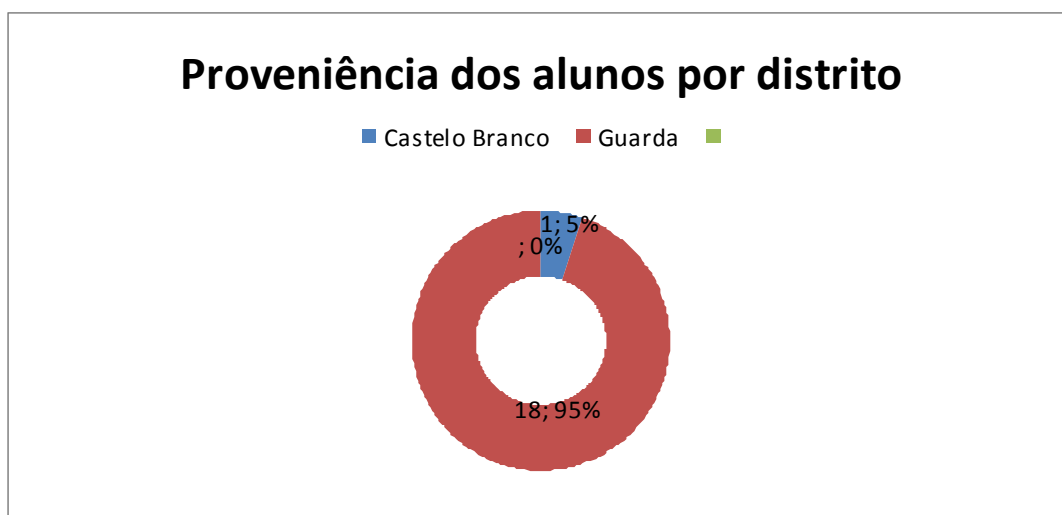


Gráfico 23 – Proveniência dos alunos por distrito

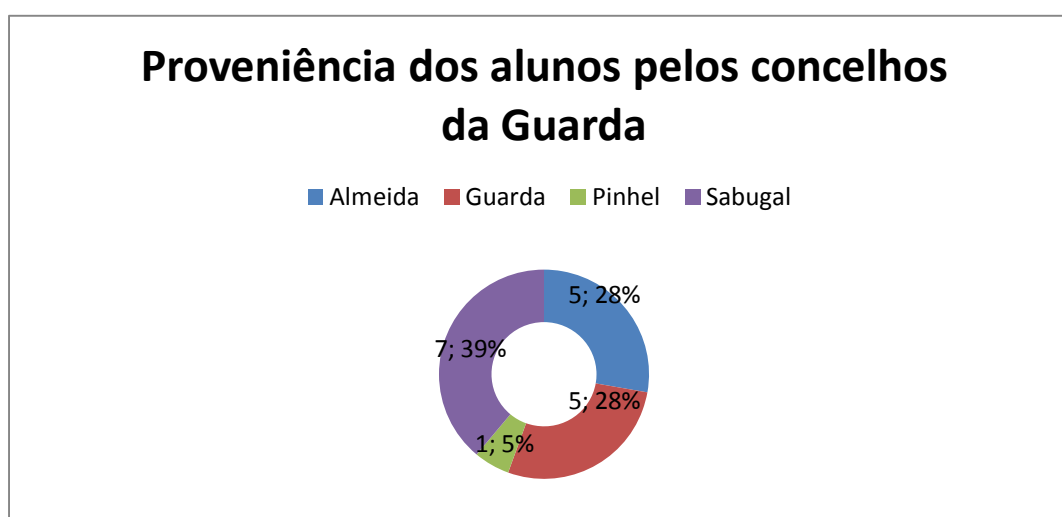


Gráfico 24 – Proveniência dos alunos pelos concelhos da Guarda

No respeitante ao número de irmãos, é importante referir que 12, (63%) dos alunos têm um irmão; 4 (21%) são filhos únicos e 3 (16%) têm três irmãos. (Gráfico 25).

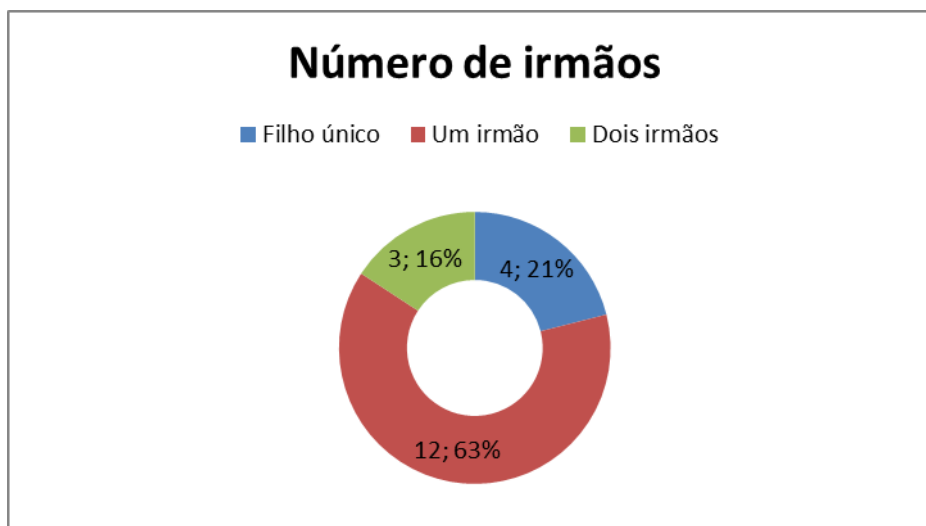


Gráfico 25 – Número de irmãos

No que concerne às habilitações literárias dos pais podemos salientar, com o 4º ano 7 pais e 3 mães, possuem respectivamente 37% e 16%; com o 9º ano 4 pais e 3 mães, (21%) e (16%); com o 12º ano, 3 pais e 10 mães, 16% e 53%; profissão desconhecida 4 pais e 1 mãe 21% e 5%

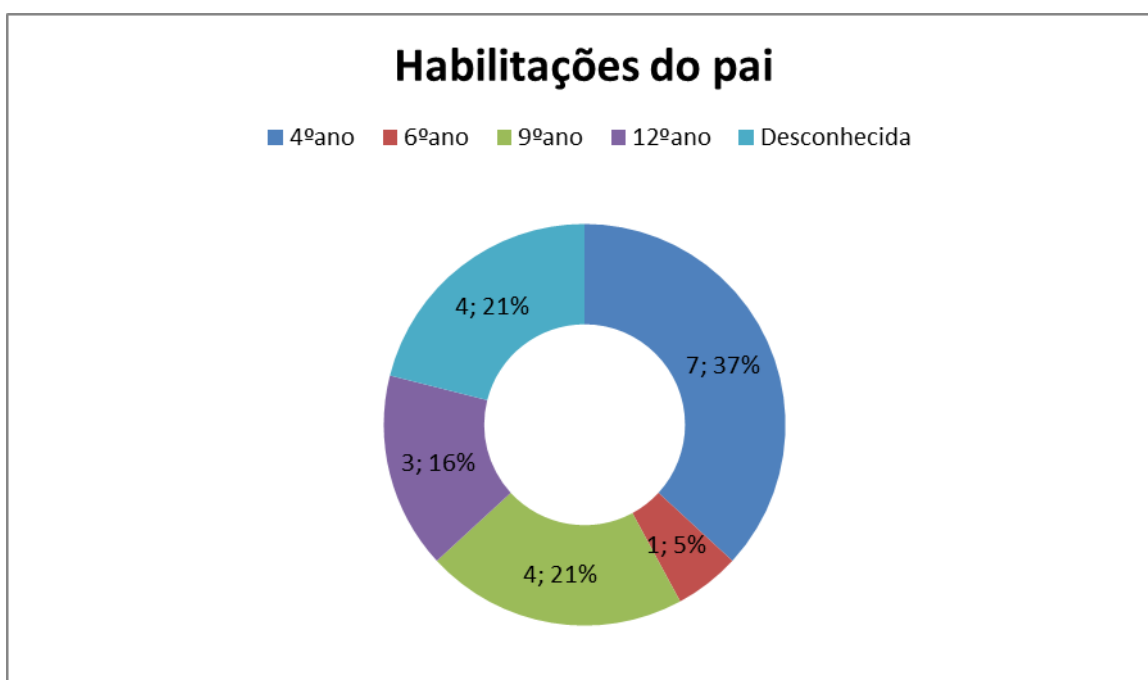


Gráfico 26 – Habilitações do pai

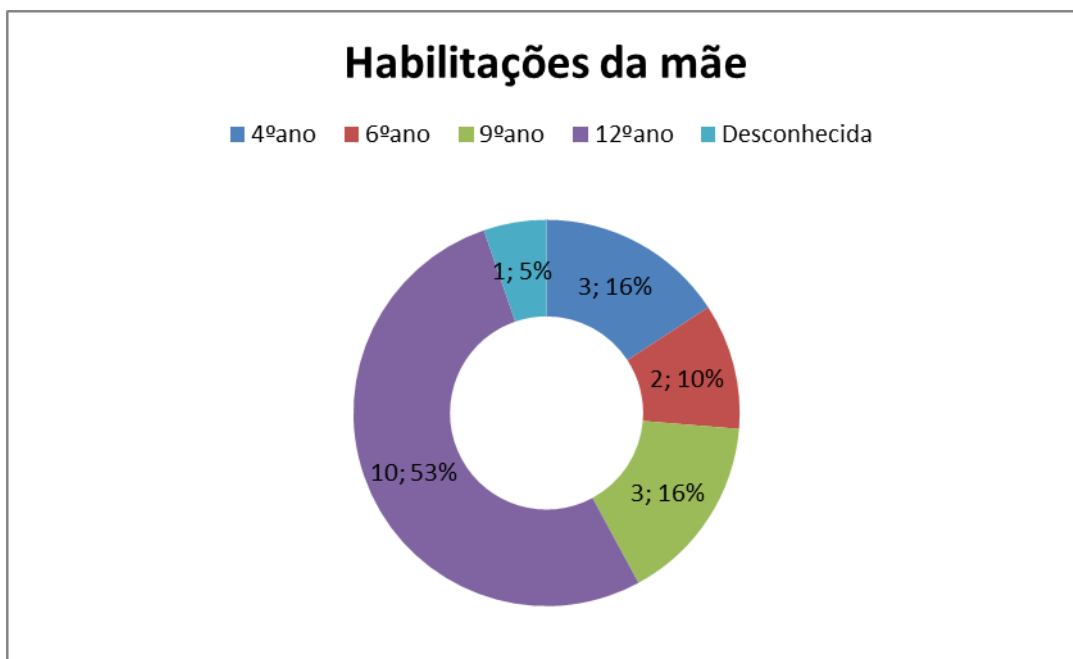


Gráfico 27 – Habilitações da mãe

Ao analisar o Gráfico 28, referente à profissão dos pais, observa-se que o sector secundário inclui 12 pais, o que corresponde a 63%.

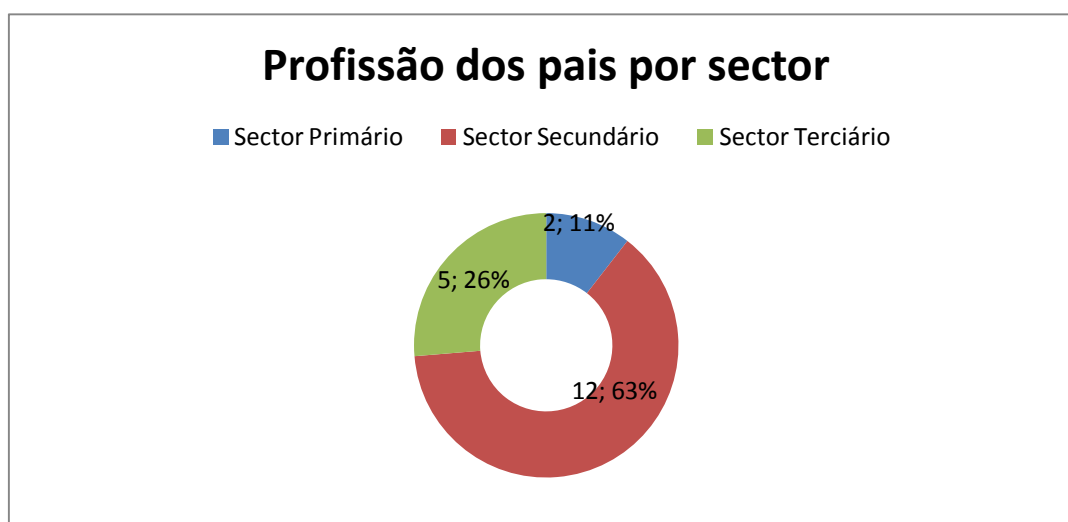


Gráfico 28 – Profissão dos pais por sector

Para finalizar a caracterização socioeconómica dos alunos da turma é relevante mencionar que é o sector terciário o que mais se evidencia (Gráfico 29), com 6 (32%). No entanto, é preocupante que o mesmo valor percentual, 6 (32%), se refere ao número de mães desempregadas.

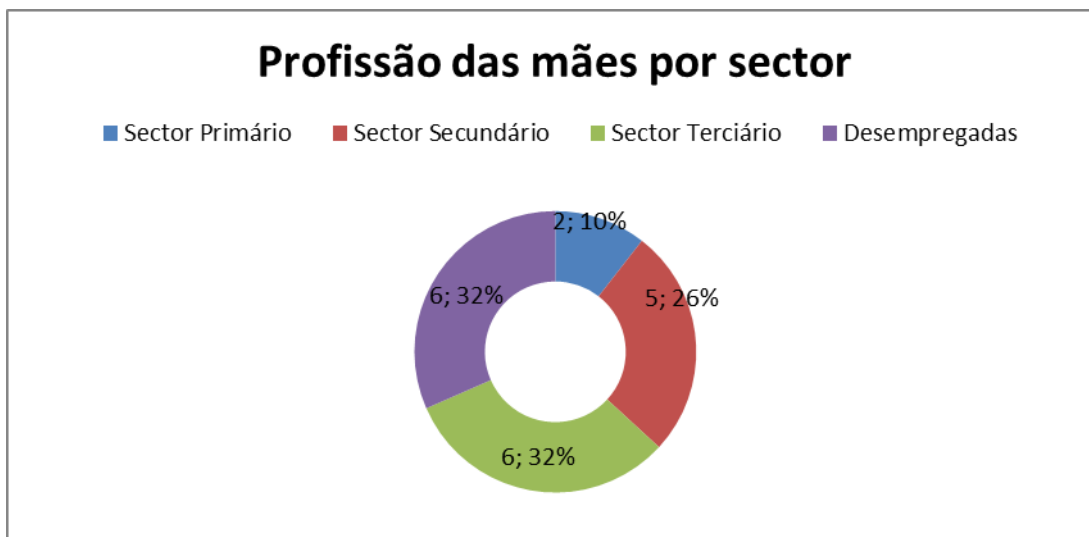


Gráfico 29 – Profissão das mães por sector

1.2.6.2 - Caracterização psicopedagógica

Esta turma demonstra um aproveitamento razoável, podemos mesmo considerar que se trata de um grupo com alunos “regulares”, sendo as disciplinas onde evidenciam maiores dificuldades , sobretudo, Língua Portuguesa e Matemática. No entanto, são alunos receptivos à ajuda dos professores e manifestam interesse em colmatar as lacunas na aprendizagem. A maioria dispense cerca de uma hora a estudar. As suas principais dificuldades são sobretudo no domínio da autonomia, pois são alunos muito dependentes do adulto. A turma integra um aluno escolarizado, ao abrigo do Decreto-Lei nº 3/2008, de 7 de Janeiro e que, por isso, tem um Programa Educativo Individualizado.

Esta turma é homogénea em termos comportamentais. Os alunos revelam atitudes adequadas ao contexto escolar e respeitam as regras estabelecidas. Trata-se de alunos conversadores, mas com gosto pela escola e por aprender.

Em relação aos tempos livres, são crianças que gostam sobretudo de utilizar o computador, ver televisão, ouvir música, ir ao cinema, praticar desporto e estar com os amigos.

**2º CAPÍTULO - Descrição do Processo de Prática de Ensino
Supervisionada**

2.1- Macro contexto

A prática de ensino supervisionada é o ponto fulcral, pois é a aplicação na prática do que se foi aprendendo ao longo de todo o percurso académico. Assim, podemos referir que vários factores se conjugam, uma vez que o aluno estagiário é, simultaneamente, aluno e professor, que está no terreno e confrontando-se com situações reais. Deste modo, a prática deve ser entendida como algo que permite o exercício da reflexão, da pesquisa, da cooperação e da acção, que conduzem à tomada de decisões e de novos rumos, a partir de um trabalho pedagógico. Tudo isto só é possível, se o professor estabelecer uma relação de empatia com os alunos, preocupando-se com eles, fazendo uso do diálogo e da interactividade. Portanto, torna-se imperioso que o docente cultive qualidades humanas, como a simpatia, a sensibilidade, ou mesmo, o sentido de humor e implemente estratégias de trabalho inovadoras, a fim de suscitar o interesse e fomentar a participação de todos os alunos, com histórias de vida própria e, muitas vezes, condicionantes da sua postura na escola, facilitando a sua aprendizagem e o alargamento dos seus conhecimentos. Cabe ao professor ajudar na resolução da crise por que está a passar a educação, no respeitante à falta de assiduidade, ao desinteresse, à desmotivação, que, normalmente, se devem a um conjunto de factores que interagem entre si. A própria sociedade, ao valorizar a vida fácil e a superficialidade, descarta o trabalho, o esforço e a dedicação.

A função do professor é de grande responsabilidade e o processo educativo exige uma constante reflexão.

2.2 - Contexto legal

Atendendo a que se tornou condição necessária para a prática docente, a habilitação profissional, o Decreto-Lei nº 43/2007, de 22 de Fevereiro, veio definir as condições necessárias para a sua obtenção.

Deixou de existir a habilitação própria e/ou suficiente, que, durante largos anos, serviu a educação e, consequentemente, a comunidade escolar, enquanto não houve recursos humanos suficientes para suprir a necessidade do preenchimento de lugares nas escolas. Esta situação verificou-se quando o ensino básico foi alargado e acessível à população em geral, levando para a escola um maior número de alunos, obrigando à criação de mais estabelecimentos escolares, e ao emprego de mais profissionais, sem prática na área da educação.

Não podemos esquecer que em Portugal, apesar de alguns esforços por parte dos governos, a taxa de analfabetismo era muito elevada. A situação foi profundamente alterada, nos últimos 30 anos, mas ainda hoje, segundo os dados dos últimos censos, existe um número elevado de analfabetos.

E o grave da situação é que muitos dos que conseguem ler e escrever, permanecem “analfabetos”, não no sentido restrito do termo, mas de ideais e de horizontes, impedindo-os de avançar e contribuir para o desenvolvimento pessoal e social numa sociedade, já de si, pouco promissora.

Segundo o consignado no referido Decreto-Lei, o governo, através do Ministério da Educação, tem como objectivo esbater estas “anomalias”, com vista a superar os défices de qualificação, combatendo o insucesso e o abandono escolar. Para isso, vem apostando na qualificação dos profissionais de ensino, para que consigam fazer da escola um lugar aprazível, onde seja possível adquirir conhecimentos, em todas as vertentes que fazem parte do jovem aluno, ser humano em formação integral. Verifica-se ainda uma grande abrangência de níveis e ciclos, permitindo o acompanhamento dos alunos, pelo mesmo professor durante um período de tempo mais longo, tendendo para a monodocência no 2º ciclo, a exemplo do que sempre se verificou no 1º. Certamente, tal permitirá ao docente conhecer melhor as aptências dos seus alunos, se com eles explorar diversas áreas do conhecimento científico, sendo o tal professor generalista mencionado nesta Lei. Assim, torna-se necessário que o docente seja competente em mais do que uma área científica e estes mestrados vêm facultar, além desse saber académico e científico, uma prática em vários domínios, e por isso, a sua pertinência. Para a obtenção do grau, assume particular importância o domínio da Língua Portuguesa, quer a nível oral, quer a nível escrito, conhecimento disciplinar, incluindo conteúdos científicos, humanos, bem como a vertente tecnológica e artística e, claro, a prática profissional, com vista a uma formação geral. Só em contexto de prática, nos deparamos com situações concretas, às quais se torna premente dar resposta imediata e adequada. É corroborada a tese de que o professor não pode ser um técnico, mas um profissional consciente da necessidade de se adaptar às características e especificidades dos alunos que lhe estão confiados.

O já referido Decreto-Lei vem, por conseguinte, definir a habilitação profissional para a docência na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário, coadjuvado pelo Decreto-Lei nº 74/2006 de 24 de Março. Contém normas para a sua aquisição, regras de ingresso, estruturas curriculares, acreditação e avaliação, com base no Artº 26 do já citado Decreto-Lei nº 74/2006.

Assim, por Despacho nº 23314/2009, publicado no Diário da República, 2ª Série, Nº 205, de 22 de Outubro de 2009, foi autorizado o ciclo de estudos conducentes ao grau de mestre na especialidade do Ensino no 1º e 2º Ciclo do Ensino Básico, à Escola Superior de Educação, Comunicação e

Desporto - Instituto Politécnico da Guarda, tendo contribuído para o progresso dos professores da região, e, conseqüentemente, das escolas e do ensino.

2.3 - Contexto Institucional

A Sociedade actual é uma sociedade em mutação a todos os níveis e o sistema de ensino é protagonista de uma profunda evolução, exigindo aos professores cada vez maior domínio de técnicas pedagógicas e de competências, que deverão ser adquiridas, na formação inicial e ao longo de todo o percurso profissional. Nos últimos anos temos assistido a uma série de alterações no sistema educativo português, que influenciam todos aqueles que dele fazem parte: professores, alunos, famílias e decisores políticos. Neste cenário, o professor encontra-se numa situação privilegiada, porque lhe compete tomar as decisões necessárias, ao nível da escola e da sala de aulas, de modo a adequar o currículo formal à realidade escolar e às características dos alunos.

Deste modo, no contexto educativo actual, é pertinente um ensino reflexivo e de investigação, em que o professor não é o detentor de todo o saber, mas o orientador que fornece as pistas capazes de levar os alunos à descoberta e à construção dos seus próprios saberes.

Perante esta perspectiva, o ensino e as práticas pedagógicas necessitam ser repensados e avaliados, de modo a que se adaptem às novas realidades.

A supervisão pedagógica é um processo relevante, na preparação dos professores, em situação de prática, pois é em contexto de sala de aula que nos confrontamos com as realidades quotidianas para as quais precisamos, muitas vezes, de “sangue frio”, a fim de dar a resposta adequada. Por conseguinte, a supervisão deverá ser um processo que tem como objectivo orientar o professor no seu desenvolvimento humano e profissional. Assim, é um dos elementos fundamentais na formação de professores, que se reflecte no desenvolvimento dos seus alunos.

“Ensinar os professores a ensinar deve ser o objectivo principal de toda a supervisão pedagógica” (Alarcão & Tavares, 2003, p.34).

Segundo Fernanda Lamy, a supervisão pedagógica pode considerar-se “processo de apoio/regulação do ensino e da aprendizagem, de reflexão e investigação sobre a acção educativa, de mudança e melhoria de práticas pedagógico-didácticas” (Lamy, 2008).

O supervisor tem, então, o papel de proporcionar ao formando possibilidade de desenvolver competências, sugerindo /aconselhando, baseado em princípios de ética. É o orientador pedagógico, o

educador, que deve ajudar o professor a desenvolver-se e a aprender, como ser humano e como profissional. “O papel dos supervisores é fundamental, para ajudar os professores a compreender as situações, a saberem agir em situação e a sistematizarem o conhecimento que brota da interacção entre a acção e o pensamento” (Alarcão & Tavares, 2003, p.35). Ao orientador, cabe observar a prática do professor estagiário e intervir criticamente, transformando o conhecimento empírico em conhecimento profissional, conduzindo a uma melhoria das práticas pedagógicas, com vista ao sucesso dos alunos.

Percebemos que a Supervisão Pedagógica é de fulcral importância, pois o docente precisa estar em constante desenvolvimento, adquirir cada vez mais competências, de forma a desempenhar melhor a profissão, que se revela cada vez mais difícil.

2.4 - Contexto de Natureza Funcional

A Prática de Ensino Supervisionado no 1º ciclo, decorreu na Escola E B 1 da Sequeira e integrou uma turma de 4º ano; no 2º ciclo foi realizada na Escola Regional Dr. José Dinis da Fonseca, nas turmas de 5º e 6º anos. Em ambos os ciclos realizei o número de regências estipuladas pela Escola Superior de Educação, que ministrou este Mestrado habilitador à docência.

No 1º Ciclo, que decorreu entre Fevereiro e Abril, tive como supervisora/orientadora a Doutora Elisabete Brito que me conduziu em todo o processo e contribuiu para concretizar os objectivos propostos, com os seus conselhos e sugestões. Como cooperante, a Professora Hortense Fernanda Cosme, que em tudo e em todo o percurso teve um papel preponderante para que a minha estadia nesta escola, se revestisse de alguma utilidade, tanto para mim como para os alunos.

Apesar de não ter experiência neste nível de ensino, foi extremamente gratificante trabalhar com aqueles alunos e com a sua Professora. Considero ter tido um grande privilégio, ao ser-me atribuída esta turma, com a qual mantive relações de empatia.

Após um primeiro contacto com a turma, em contexto de observação, e à qual fui apresentada foi a vez da minha primeira regência.

Cheguei à Escola, bastante ansiosa, um tanto insegura, pois não sabia como iria decorrer o dia, uma vez que, o meu conhecimento acerca do grupo era muito limitado.

Iniciámos com a área de Língua Portuguesa e a exploração de um texto que tinha servido como exercício ortográfico, no dia anterior.

Encetámos um diálogo, com vista a estabelecer uma relação de proximidade com os alunos, pois era muito recente a minha presença na escola. Acho que consegui predisporlos de modo a ficarem mais motivados e interessados, opinião partilhada pela Professora Fernanda.

Fizemos a leitura, interpretação e análise do texto, que nos serviu para a disciplina de Estudo do Meio, permitindo a interdisciplinaridade.

No âmbito da área de, Matemática trabalhamos a multiplicação fomentando o cálculo mental. No que concerne à área de Expressão Plástica, remetemos ao texto da manhã e os alunos expressaram a sua criatividade.

O dia de aulas chegou ao fim e as minhas expectativas foram amplamente ultrapassadas. Os alunos revelaram-se participativos e interessados, promovendo uma interação professor/ aluno e aluno/aluno muito positiva, mesmo os que tinham mais dificuldades. Assim, consegui cumprir os objectivos subjacentes da planificação, para este primeiro dia. Acrescento que foi um dia interessante, cansativo, mas motivador.

A segunda regência realizou-se no último dia de aulas antes das férias de Carnaval. Em relação a este dia a Professora Fernanda, sugeriu algo mais lúdico. O período da manhã, foi dedicado à caracterização dos alunos, (de alguns, porque outros já vinham caracterizados de casa) devido ao desfile de Carnaval, juntamente com as restantes turmas do 1º Ciclo, pertencentes ao Agrupamento. Nesta sequência, à tarde, elaborei dois puzzles, algumas imagens e jogos alusivos ao Carnaval. Os puzzles revelaram-se muito adequados, pois os alunos apreciaram de sobremaneira esta actividade.

Pareceu-me que o ambiente de festa, se manteve durante todo o dia, o que não deixa de ser importante, pois as crianças passam muito tempo na Escola e em outras actividades programadas, não tendo tempo para brincar. Esteve subjacente o espírito de equipa, de diversão e, conseqüentemente, uma aprendizagem socializadora, como princípio orientador preconizado pelo DEB.

No que concerne à terceira regência foi realizada no regresso da interrupção lectiva do Carnaval, por isso, iniciámos o dia com um diálogo sobre as férias. É este tipo de situações que favorecem a interação professor/aluno, Motivando-os para a abertura ao diálogo, e portanto fomentando um vocabulário mais correcto e cuidado, no dia-a-dia suscitando mais à vontade para interagirem, quando se está a trabalhar os diversos conteúdos programáticos.

Assim, “O professor que na sala de aula dialoga com seus alunos, busca decisões conjuntas por meio de cooperação, para que haja o aprendizado de fazer contratos, honrar a palavra empenhada, comprometimento nos projectos colectivos e estabelecimento de relações de reciprocidade” (Tardelli, 2003, p.81).

Mais uma vez iniciámos o dia com a disciplina de Língua Portuguesa. Com frases soltas, redigidas por cada um, no quadro, a propósito do Carnaval, elaboraram uma composição. O objectivo era o uso

correcto dos sinais de pontuação. Foi uma forma diferente, de trabalhar este tema, indo ao encontro de aprendizagens diversificadas (DEB, 2004).

Na área de Matemática, utilizei, para este dia, um breve jogo, como motivação, para a seguir realizarem uma ficha, com vista ao treino e preparação para as provas de Aferição. Já em Estudo do Meio e referente ao espírito da época, explorámos a questão das tradições carnavalescas e gastronomia, das suas terras, ou de seus pais, levando-os a inferir que variam de região para região. Terminámos, reflectindo sobre a importância da preservação das tradições de um povo, conduzindo-os a uma aprendizagem significativa (DEB, 2004).

Em relação à quarta regência regressou o nervosismo semelhante ao primeiro dia, pois foi a primeira aula assistida pela Doutora Elisabete Brito. Para mim, é sempre um pouco constrangedor quando sei que alguém me está a observar, pois a sala de aula é um lugar complexo. Podemos caracterizá-la como um lugar multidimensional e imprevisível, além de ser um lugar onde as decisões do professor deverão ser tomadas dentro de uma unicidade, demonstrando em grande parte a sua estabilidade. Contudo, após os primeiros minutos, a aula começou a fluir penso que, com normalidade.

Explorámos, um texto, que retratava o meio rural e o meio urbano, aprofundando as características subjacentes a nível do português, logo um manancial a ser explorado, no campo semântico, permitindo o treino no uso do dicionário, que também é importante “(...) o segredo do aperfeiçoamento está na repetição” (Montessori, 1948, p.92). Da planificação constava também o conhecimento explícito da língua, com a descoberta de pronomes, verbos e palavras homófonas, que trabalhámos e aplicámos a novas situações. Deste modo, tentei levá-los à descoberta, e foi interessante verificar como eles se mantinham activos e participantes.

De novo estive subjacente a ponte entre Língua Portuguesa e Estudo do Meio, tornando-se possível introduzir o tema da poluição e começar a sensibilização para os problemas ambientais.

A *posteriori* passamos à Matemática, dedicando este período a aprofundar conceitos numéricos, com a resolução de uma ficha, que, posteriormente, foi corrigida no quadro, com vista a eliminar qualquer dúvida que pudesse ter surgido.

Mesmo com o nervosismo inicial, penso que foram cumpridos os objectivos constantes da planificação, para este dia, acabando por ser ainda mais gratificante, pelo reforço positivo quer da Supervisora, quer da Cooperante.

A quinta regência ocorreu em meados de Março e iniciámos o dia com a área de Matemática, cuja motivação inicial foi um jogo, pois “Quando crianças ou jovens brincam, demonstram prazer e alegria em aprender. Eles têm oportunidade de lidar com suas energias em busca da satisfação de seus desejos” (Oliveira, 2007, p.5). Assim, teve como objectivo a motivação e também tentar libertar a

Matemática daqueles preconceitos comuns, sendo considerada uma disciplina desmotivante e complicada.

Em seguida, resolveram uma ficha explorando as medidas lineares, a título de revisões, pois os conteúdos já haviam sido dados, era preciso agora consolidá-los para as provas de aferição.

De uma maneira geral, foram alunos atentos e interessados, à excepção de dois que se distraíam com muita facilidade, chegando a ser um pouco perturbadores. Como já estavam mais à vontade comigo, começaram a manifestar as suas tendências, mas nada que não fosse frequente nestas idades. Após chamados à atenção, acabavam por ser dóceis.

Ainda durante a manhã passámos para Estudo do Meio, com a elaboração de cartazes acerca do meio ambiente, pois tal enquadrava-se nos conteúdos a leccionar e contribuiu para um certo repouso mental.

No âmbito de Língua Portuguesa, levei algumas lenga-lengas e fizemos a sua leitura e interpretação, cujo objectivo era desenvolver a leitura e a dicção.

Como se aproximava o dia da floresta, pedi aos alunos alguns versos sobre este tema, como forma de os levar à reflexão e à concentração, pois “(...) a capacidade de agir e reflectir é a condição primeira para que os sujeitos assumam atitudes comprometidas com transformação” (Freire, 2002, p. 17), ao mesmo tempo desenvolviam a expressão escrita.

Em Expressão Plástica continuámos a promover a interdisciplinaridade, pois considero que todas as áreas devem concorrer para o mesmo fim. Isto é, contribuir para o crescimento e formação integral dos alunos. A interdisciplinaridade aparece como “(...) intercâmbio mútuo e integração recíproca entre várias disciplinas (...tendo) como resultado um enriquecimento recíproco” (Piaget, 1972, p.72).

O dia chegou ao fim e acredito que algo de proveitoso consegui transmitir aos alunos.

Mais um degrau, a sexta regência que se iniciou com Língua Portuguesa e um diálogo introdutório sobre o fim-de-semana que se aproximava, com o Dia do Pai.

Sendo e devendo ser a família o principal elo de ligação com a Escola, todos os aspectos que a ela digam respeito serão, sempre, uma mais-valia a referir em contexto escolar.

Distribuí um poema e procedi à sua leitura. Depois convidei os alunos a fazerem também eles uma leitura expressiva, a fim de analisarmos, de seguida, a mensagem implícita neste poema, visto ser fundamental estabelecer relações entre linguagem e pensamento. Posteriormente recordámos as noções de versificação, de forma a consolidar conceitos, tais como: estrofe, verso, rima, sonoridade, tão pertinentes na leitura e descodificação de um poema. Por fim, pedi-lhes que construíssem um poema ou uma carta dirigida ao pai, uma vez que o desenvolvimento da escrita é um processo em que a criança desempenha um papel activo.

Foi uma aula muito participada e dinâmica, nem quase demos conta de o tempo passar.

A aula de Matemática foi iniciada com uma ficha de trabalho, para consolidação de conceitos abordados na aula anterior.

Em Estudo do Meio, falamos dos sectores de actividades e como se distribuem pelo país, localizando as regiões num mapa de Portugal. Referi, ainda, os produtos regionais característicos da Beira Alta, explorando também a gastronomia. No final, realizaram um exercício de palavras cruzadas, tentando aprender, a brincar.

Na área de Expressões, decoraram o texto escrito na aula de Língua Portuguesa para levarem aos pais.

A sétima regência aconteceu quase com o início da Primavera, então, iniciei a aula com um diálogo sobre esta estação do ano, “é pelo diálogo e com o diálogo que neles se desenvolve o espírito de participação consciente” (Tavares, 1979, p. 76). Realcei determinados aspectos que são inerentes a este período de tempo. Fiz a leitura de um texto e questionei-os sobre o conteúdo de cada parte lida, com o objectivo de verificar se este tinha, ou não, sido percebido.

Posteriormente, os alunos decifraram, com e sem ajuda do dicionário, os vocábulos sublinhados no texto, para uma melhor compreensão e desenvolvimento da comunicação oral, um dos objectivos primordiais do Programa do 1º Ciclo (DEB, 2004). Com esta actividade fomentou-se a interacção na sala de aula e uma aprendizagem diversificada.

A área a ser trabalhada a seguir foi a de Estudo do Meio. A interdisciplinaridade surgiu, com base no texto de Língua Portuguesa, sobre a Primavera, focando as outras estações do ano, movimentos terrestres, tempo, clima...”a interdisciplinaridade é uma prática de ensino que promove o cruzamento de saberes disciplinares que suscita a conferência de perspectivas diversificadas para o estudo de problemas concretos” (Pombo, 1994, p. 16).

Penso que os alunos ficaram bastante entusiasmados, com estes conceitos, até porque, começaram a relacionar determinados fenómenos, com estações do ano.

Na aula de Matemática trabalharam-se conceitos numéricos, mais uma vez, com vista ao treino para as provas de aferição. Centrei-me na resolução de situações problemáticas, pois tal como o Programa do 1º ciclo refere a resolução de problemas coloca o aluno em atitude activa de aprendizagem (DEB, 2004, p. 164).

Quanto à área de Expressões “usaram e abusaram” das cores, do sol e das flores...temas primaveris.

Chegou a oitava regência, e mais uma observação por parte da minha Supervisora. Confesso que ainda um “friozinho” me percorreu os nervos, mas foi passageiro. Já me sentia bem mais à vontade. Iniciámos com a disciplina de Matemática, numa perspectiva de aprofundar conteúdos, com vista,

mais uma vez, ao treino para as provas de aferição, que se aproximavam a passos largos, seguindo sempre, as pretensões e orientações da Professora Fernanda.

Assim, iniciámos com um diálogo sobre figuras geométricas, já conhecidas dos alunos, como predisposição para a ficha de trabalho que distribuí a seguir. O Programa de Matemática (2007) defende que o objectivo principal do ensino da Geometria é: Desenvolver nos alunos o sentido espacial, com ênfase na visualização e na compreensão de propriedades de figuras geométricas no plano e no espaço, a noção de grandeza e respectivos processos de medida, bem como a utilização destes conhecimentos e capacidades na resolução de problemas geométricos e de medida em contextos diversos (DGIDC, 2007, p. 22).

No âmbito da área de Língua Portuguesa, foi trabalhado o conhecimento explícito, com uma ficha de trabalho, sobre a acentuação de palavras, de forma a que os alunos relembassem que o acento é o elemento que marca o grau de intensidade de uma sílaba numa determinada sequência fonética e que as palavras contêm uma sílaba que se pronuncia com mais intensidade, isto é, maior força de voz – é a sílaba tónica, visto que contém o acento tónico (Sardinha & Oliveira, 2010, p. 256). Nesta sequência, distribuí o texto “ O Rio das Flores” e pedi a leitura silenciosa, convidando à concentração como forma de adquirir o gosto pela leitura. Seguidamente fizemos, em conjunto, a interpretação oral e para finalizar realizarem a ficha de trabalho, com verbos irregulares.

Na parte da tarde, em Estudo do Meio foi abordado o tema da electricidade. Realizámos experiências, com um circuito eléctrico improvisado, (alguns materiais reciclados) tendo sido esta aula muito participada pelos alunos, e assim uma aprendizagem activa. Entusiasticamente referiram ter sido “muito bom” e estavam delirantes.

Penso que foi um dia de aulas conseguido e terminei com alguma satisfação, pois quando verificamos que o nosso trabalho foi produtivo, sentimo-nos muito mais predispostos a continuar.

A nona regência foi iniciada com Língua Portuguesa. Logo no princípio da aula e de forma aleatória, pedi aos alunos para referirem o que lhes sugeriam as próximas férias e como iriam ocupar o tempo, proporcionando o diálogo na sala de aula.

O objectivo primordial desta aula foi aprender/conhecer os pronomes pessoais. Assim, iniciámos com a sua identificação, através da qual tiveram de descobrir (Ausubel, 1976) quais as palavras que eram pronomes pessoais e explicar como se identificam estes pronomes. Como surgiram algumas dúvidas, na realização do exercício, fizemos, em pormenor a sua correcção oral.

Procedeu-se, à leitura do texto, proporcionando aos alunos desenvolvimento neste campo. Primeiro uma leitura silenciosa, por parte de todos os alunos, seguida da leitura do texto pelo professor e por fim a turma efectua uma leitura expressiva e parcelar do mesmo.

Finalizada a leitura, realizaram-se alguns exercícios para descodificarem a mensagem do texto, primariamente a leitura da imagem, seguido de um conjunto de perguntas de interpretação, pois a

restrição da competência linguística impede a realização integral da pessoa, isola da comunicação, limita o acesso ao conhecimento, à criação e à fruição da cultura e reduz ou inibe a participação na praxis social (DEB, 2004, p. 135).

Na aula de Matemática foram realizados diversos exercícios relacionados com os números decimais, tanto operações com os quatro algoritmos, como situações problemáticas.

Posteriormente foram corrigidos pelos alunos no quadro, com vista a esclarecer qualquer dúvida que pudesse ter surgido.

Em Estudo do Meio, fizemos um breve diálogo sobre a localização do nosso país, pois como preconiza o DEB, considera-se essencial que na aprendizagem da escrita e da leitura se mobilizem situações de diálogo, de cooperação, de conforto, de opiniões e se fomente a curiosidade de aprender; se descubra e desenvolva, nas dimensões culturais, lúdica e estética da língua, o gosto de falar, ler e escrever.

Levei o Globo e o Planisfério para uma melhor compreensão dos conteúdos em estudo. Localizamos, em primeiro lugar, a Península Ibérica, depois, outras Penínsulas, Continentes e Oceanos, países pertencentes à União Europeia e alguns países lusófonos.

Os alunos vinham vindo ao Planisfério e ao Globo, para uma melhor visualização dos conceitos.

Pareceu-me uma actividade bastante proveitosa, visto que os alunos gostaram e estavam muito participativos. Para consolidar os conhecimentos e as aprendizagens adquiridas, realizaram uma ficha de trabalho.

Na área de Expressões – Educação Musical.

Distribuí pela turma a letra da canção “Ter amigos”, seguidamente ouviram-na e acompanharam a leitura da mesma. Posteriormente foi cantada por toda a turma, várias vezes apenas com a melodia de diversas formas.

Devo referir que os temas abordados durante as minhas regências eram previamente combinados com a Professora Fernanda, que depois me dava a “liberdade” de planificar e explorar. Entendendo que o estágio, tal como a prática docente devem ser entendidos como algo que promova a reflexão, a pesquisa, a cooperação e a acção para que possamos reflectir, tomar decisões e novos rumos a partir “de um trabalho pedagógico no qual não existam responsabilidades individuais, mas co-responsabilidade.

No final de mais um dia, verifiquei o quão é fundamental a troca de ideias e a partilha de experiências, para que tudo corra da melhor maneira. De facto, é essencial o trabalho em equipa para se conseguirem resultados e aprendizagens efectivas.

Regressei à Escola para me despedir dos alunos, pois chegavam as férias da Páscoa. Senti bastante comoção, por todas as manifestações de carinho, de que foram protagonistas, mesmo os que se tenham manifestado menos, ao longo deste tempo.

Não foi fácil este vaivém na minha vida. Conciliar horários, trabalho, aulas, foi muito difícil, mas reconheço que também foi gratificante, e, portanto, valeu a pena.

Quanto à prática no 2º ciclo, refiro que foi feita nas quatro áreas: Língua Portuguesa, História e Geografia de Portugal, Ciências da Natureza e Matemática, com oito tempos para cada uma, e em Ciências da Natureza mais uma aula de Microensino. Tive como Supervisores e pela mesma ordem, Doutora Elisabete Brito, Doutora Ana Lopes, Professora Doutora Rosa Tracana e Doutor Pedro Tadeu; Cooperantes, Doutora Sónia Oliveira, Doutora Maria José Matos, Doutora Maria do Carmo Dinis da Fonseca e Doutor Filipe Soares. A assistência dos Professores Supervisores, foi de quatro tempos em Língua Portuguesa e Ciências da Natureza e a dois tempos em História e Geografia de Portugal e Matemática.

Tornou-se necessário concentrar as regências, pois o ano lectivo já ia avançado e éramos duas alunas a fazer a prática pedagógica na mesma Escola.

Iniciei a dois de Março, com História e Geografia de Portugal ao primeiro tempo da manhã (um bloco de 90 minutos) e C. da Natureza da parte da tarde.

Em História e Geografia de Portugal, o tema a tratar era o Início dos Descobrimentos Portugueses, assim, depois da interpretação de um mapa conceptual, com o objectivo de rever conceitos anteriores, introduzi o novo tema com uma canção sobre o mar e elementos a ele associados, a fim de desenvolver competências preconizadas pelo DEB.

Nesta aula foram manuseados instrumentos náuticos, (construídos em cartão, para o efeito), planisfério, globo, para que os alunos se familiarizassem com conceitos que iriam ser abordados.

Tive presente e subjacente a importância da localização no tempo. Os alunos, em posse do seu friso cronológico, iam-no preenchendo com as datas mais relevantes. Havia um de maiores dimensões no placard da sala. Nesta aula foram utilizadas estratégias diversificadas, que considerei adequadas, uma vez que sentimos os alunos motivados e despertos para procura de mais informação.

No que se refere à aula de Ciências da Natureza planifiquei o subtema “Os constituintes do ar”. Deste modo, começámos por explorar imagens do Manual, o que levou os alunos a recordar a impossibilidade de vida na terra, na falta de atmosfera. Em diversas situações, relacionaram os constituintes da atmosfera com aspectos por si vivenciados. Expliquei e ajudei-os a descobrir que o ar ocupa espaço e tem volume, não sendo difícil chegar a esta conclusão. Todos tinham conhecimento dos balões que são cheios de ar quente, e frequentemente são confrontados com a necessidade de encher os pneus das suas bicicletas, portanto situações bem evidentes. Referi algumas situações

actuais pois achei pertinente alertá-los para os problemas resultantes da poluição atmosférica (e não só), formando-os para uma consciência ecológica, levando-os à reflexão sobre eles, de forma a que contribuam para a sua resolução e não para o agravamento. O actual currículo do Ensino Básico preconiza: a interacção, Ciência, Tecnologia, Sociedade e Ambiente deverá constituir uma vertente integradora e globalizante da organização e da aquisição dos saberes científicos (Educação, Currículo Nacional do Ensino Básico , 2001).

Lancei alguns desafios para uma próxima aula experimental.

Quanto à terceira e quarta regências em Ciências da Natureza e em sequência da anterior abordei o subtema “ Importância dos gases atmosféricos” e tive como objectivo principal que os alunos conseguissem transpor os saberes científicos para a vida prática e para situações com que se deparam no dia-a-dia, percebendo que o homem tem desenvolvido tecnologias que utilizam gases atmosféricos, em diferentes e variadas actividades: desde a medicina à indústria e que também fazem parte dos ciclos da matéria.

Como é possível, e até desejável, transmitir conhecimento de forma lúdica, fizemos uma pequena dramatização que ia ao encontro da importância dos gases atmosféricos para os seres vivos, ou seja, a explicação dos ciclos biogeoquímicos de alguns bioelementos, conseguindo desta forma que a aula se tornasse mais motivadora. Por fim, realizaram uma ficha de trabalho que sistematizava todos os conceitos abordados na aula.

Na segunda parte, verificámos a aplicação de alguns gases atmosféricos em situações com as quais contactamos diariamente. Na congelação de embriões, indústria, agricultura, medicina e muito mais... Enfim, toda uma panóplia de aplicações, em prol do bem-estar e do progresso, que o homem e a Ciência, têm desenvolvido, embora nem sempre isso se verifique. E foi esta visão que também quis transmitir aos alunos para que eles desenvolvessem o espírito crítico. Pude, efectivamente, comprovar que as crianças são naturalmente curiosas e criativas, ansiando pela descoberta do mundo que as envolve.

No dia seguinte, dezasseis de Março, regi na disciplina de H.G.P. mais um bloco de noventa minutos. Esta aula foi dada na sala de informática, porque me pareceu importante a visualização de um documentário do Centro Virtual Camões, sobre os Descobrimentos.

Houve interação por parte dos alunos e foi possível relacionar factos passados com o presente, tal como recordar conteúdos já estudados. Para trabalho de casa pedi para elaborarem a biografia do Infante D. Henrique com vista a desenvolverem a comunicação em História. Foi uma aula diferente, mas proveitosa, pois os alunos foram bastante participativos.

No que concerne à disciplina de Língua Portuguesa, regi pela primeira vez, em vinte e três de Março.

Por sugestão da Professora Sónia Oliveira, fiz com os alunos um jogo, com o intuito de verificar e consolidar a compreensão da obra “A Menina do Mar” que os alunos tinham lido nas férias de Carnaval.

Organizámos grupos com um porta-voz e íamos lançando as perguntas às quais tinham que dar resposta por escrito, com vista a desenvolver a compreensão oral e a escrita. A aula desenrolou-se em nos apercebermos, e com muito dinamismo. Os alunos manifestaram-se interessados e atentos, tendo ido ao encontro do que estava planificado para esta aula.

A vinte e nove de Março regí a quinta e sexta aulas em Ciências da Natureza, tendo sido uma aula experimental e assistida pela Supervisora. Assim, inicialmente senti-me um pouco nervosa.

A actividade experimental visava detectar a presença de alguns gases. Os próprios alunos ajudaram na execução da experiência, não descurando a observação cuidada e respectivo registo da discussão dos resultados para elaboração do relatório, que lhes permite o desenvolvimento de uma linguagem científica e capacidade de exposição de ideias, produzindo um texto com lógica, em função do assunto.

Penso que correu bem e consegui que o grupo estivesse atento e desperto para a descoberta de saberes científicos.

No que se refere à quinta e sexta regências de H.G.P., visavam o estudo da política expansionista de D. João II.

Na continuação da Unidade, expliquei a política expansionista de D. João II, levando os alunos a uma retrospectiva em relação à do seu antecessor, D. Afonso V, pois penso ser importante conduzi-los no sentido de aprenderem a relacionar os factos. Assim, tinha como objectivo que descobrissem os ideais que moveram o monarca, ao tomar a seu cargo este empreendimento e que fossem capazes de o contextualizar, um pouco, no momento presente, tendo em conta a difícil crise económica, (e não só) que Portugal atravessa.

Fizemos a leitura de um texto alusivo, que teve como objectivo não só, a aquisição de conhecimentos, mas também a desenvoltura na comunicação. Seja em História, ou noutra disciplina, esta é fundamental, para uma boa compreensão e portanto, para um bom desempenho. Foi mais uma aula que me deu prazer e que espero tenha sido profícua para os alunos.

A vinte e sete de Abril ocorreram a terceira e quarta regências de Língua Portuguesa e a primeira e segunda de Matemática.

Em Língua Portuguesa explorámos um poema de Sebastião da Gama, ouvido na aula, em CD.

Propus aos alunos que partilhassem comigo a audição do poema “Não era por mal...”), de forma a vivenciarem cada palavra do sujeito poético e a perceberem as ideias principais. Após uma primeira partilha, dei-lhes a conhecer um pouco da vida e obra de Sebastião da Gama (o homem, o escritor, o poeta e o pedagogo), uma vez que é relevante alargar os horizontes culturais dos alunos e apresentar-

lhes o poeta que escrevera os versos que “desfilavam” à sua frente, aquando da distribuição do poema escutado.

Como o texto poético não é de fácil percepção, foi necessária uma leitura do poema. Solicitei, por isso, a colaboração de um deles e pedi-lhe que o lesse, sentindo as palavras do poeta. Uma boa leitura, é meio caminho andado para a compreensão de qualquer tipo de texto. É fundamental que o aluno tenha consciência deste facto e seja, frequentemente, recordado da importância desta competência. Foi uma aula trabalhosa mas que teve “os frutos” desejáveis.

As aulas de Matemática, foram leccionadas ao grupo de 6º Ano. Atendendo à época lectiva, tivemos em vista, essencialmente trabalhar conteúdos de revisão para as provas de aferição.

Assim, neste primeiro dia, e depois do diálogo que estabelecemos inicialmente, distribuí a prova de aferição de 2009, com o intuito de relembrar e consolidar conhecimentos.

Passámos à resolução dos exercícios feita por etapas, a saber: estipulei cerca de oito minutos para a resolução de cada um; expliquei, no quadro, cada um dos exercícios e esclareci as dúvidas dos alunos; foram escolhidos alunos aleatoriamente para a resolução dos mesmos.

Levei uma quantidade significativa de palhinhas e pedi a um aluno que construísse um prisma hexagonal. De seguida, apelei que recordassem algumas formas geométricas. Esta estratégia revelou-se eficaz, já que conseguiram compreender um dos exercícios, que estava a suscitar algumas dúvidas. No que concerne às restantes estratégias, as metodologias utilizadas reflectiram-se numa aprendizagem positiva, pois os alunos demonstraram empenho e conhecimento.

Em vinte e oito de Abril, realizei mais duas regências de Matemática.

De forma a dar continuidade à aula anterior e, sempre, com o objectivo de melhor preparar os alunos para as provas de aferição, decidimos prosseguir com a resolução dos exercícios nº8, 9, 10, 11, 13, 14 e 15 da mesma prova de aferição (2009).

As estratégias utilizadas foram semelhantes às da aula anterior, visto terem surtido efeito.

Os alunos foram bastante receptivos a todas as actividades sugeridas e realizaram-nas, a maior parte das vezes, com dedicação e empenho. Sei que não é fácil gostarem da Matemática, mas sempre tentei inculcar-lhes a importância desta nas suas vidas. Precisam de adquirir competências/bases para que, no futuro, possam beneficiar das mesmas.

A três de Maio fiz as duas últimas regências em Ciências da Natureza, tendo sido práticas. Tínhamos a questão –aula: “O que acontece ao ar numa combustão?” Organizei, com a colaboração da professora Maria do Carmo, a turma em grupos e começámos por falar de algumas descobertas científicas, a propósito dos constituintes do ar atmosférico, recordamos nomes de cientistas para os quais tinha pedido, em aulas anteriores, alguma investigação.

Percebemos que os cientistas tiveram êxitos e fracassos e que o conhecimento científico está em constante evolução. O objectivo era desenvolver nos alunos, algum conhecimento epistemológico, da ciência e o seu carácter abrangente.

Depois de termos falado dos cientistas do ar, falei de Lavoisier e um pouco da sua vida, relatei a sua experiência, sobre a questão inicial: O que acontece ao ar numa combustão?

Disponibilizados os recursos, partimos para a realização da experiência, com a participação, interesse e curiosidade dos alunos.

Procedemos à discussão dos resultados e registo cuidado no caderno diário, com vista á elaboração do relatório.

Por fim, propus uma pesquisa sobre as diferentes cores das chamas, devendo comparar, as que vêm mais frequentemente. Mais uma vez o saber científico se cruzou com situações do quotidiano dos nossos alunos. Neste sentido, penso que é importante estabelecer relações entre os conteúdos leccionados nas aulas e as vivências e experiências das crianças.

Os alunos manifestaram interesse e bastante motivação na aula.

Foi, também, uma aula assistida pela Professora Doutora Rosa Tracana, a qual manifestou uma opinião bastante positiva, a propósito do desenvolvimento da aula.

As últimas regências de História e Geografia de Portugal, aconteceram a quatro de Maio e coincidiram com a observação da Supervisora Doutora Ana Lopes.

Projectei a aula no sentido de serem visualizadas algumas imagens que considerei de interesse pertinente para o momento em questão. Embora não seja meu apanágio “abusar” das novas tecnologias, a diversificação revela-se de grande interesse.

O objectivo era fazer uma breve resenha de conteúdos já leccionados, com a visualização de fotos de uma viagem de estudo à Caravela Boa Esperança, com um grupo de alunos mais velhos da Escola.

Ainda na mesma linha, fizemos a análise de mapas existentes no manual escolar, nomeadamente do Continente Africano, localizando e lembrando as principais cidades conquistadas no Norte de África. Referiram-se aspectos militares, políticos e económicos dessas conquistas, com o objectivo de levar os alunos a reflectirem sobre vantagens e desvantagens destas campanhas militares.

Passei alguns diapositivos com o objectivo de ser visualizada a costa ocidental da África, e localizados pontos estratégicos de comércio (Feitorias), a Rota do Cabo e os produtos comercializados.

Localizamos as principais cidades no Oriente e foquei a acção dos 2 Vice-Reis mais conhecidos, e as políticas por eles desenvolvidas. Fiz, ainda, referência à missão.

Como o treino já se fazia sentir, até na forma de gerir o tempo, fiquei com a ideia de uma aula conseguida, aliás, essa foi também a opinião transmitida pela Professora Supervisora e pela Professora Cooperante. Contudo, reconheci que deveria ter projectado os mapas trabalhados, com

vista a melhor compreensão por parte dos alunos. Penso que é o reconhecimento de certas falhas, e a reflexão, que nos permitem, posteriormente, melhorar as nossas práticas e consequentemente, o nosso desempenho profissional.

Em dez de Maio ocorreu a quinta e sexta regências, de Língua Portuguesa com os alunos de 6º ano e, por sinal, a segunda assistência da Doutora Elisabete.

Nesta aula explorámos um texto de Mia Couto. Como motivação e com o intuito de que os alunos chegassem à definição de “Viajante Clandestino” (título do texto), pedi-lhes que visualizassem e, depois, comentassem um excerto do filme “Sozinho em casa”. Funcionou, na minha opinião, perfeitamente, porque o objectivo foi alcançado.

Dei-lhes a conhecer alguns aspectos da vida e obra de Mia Couto e distribuí o texto - o Viajante Clandestino. Pedi-lhes uma primeira leitura (silenciosa) e, de seguida, uma leitura dialogada e expressiva do mesmo. Esta competência permite a descoberta de novos mundos e, neste caso concreto, o deste escritor único cuja linguagem é extremamente rica e muito fértil em neologismos e que lhe confere um atributo de singular percepção e interpretação da beleza interna das coisas.

Apercebi-me que os alunos se deixaram envolver por esse ambiente tão peculiar do escritor moçambicano, visto terem demonstrado empenho, interesse ao longo da interpretação do texto e terem mostrado compreender as ideias essenciais, tanto oralmente como por escrito, aquando da elaboração de questões relativas ao texto.

O conjunto de actividades realizadas ao longo desta aula permitiu fomentar o gosto pela língua materna nas suas diferentes competências: compreensão e expressão oral; leitura; compreensão e expressão escrita.

A dezasseis de Maio realizei a quinta e sexta regências de Matemática. De modo a dar continuidade à planificação do professor Filipe Soares, iniciei a aula, retomando o conceito de perímetro e áreas de quadriláteros e de triângulos. Para melhor elucidar os alunos, desenhei no quadro uma grelha com várias figuras e as respectivas fórmulas de áreas, explicando-lhes o cálculo das mesmas.

Seguidamente propus aos alunos a resolução de um problema, mostrando-lhes que não é necessária a existência de fórmulas para calcular o perímetro dos polígonos, pois este é sempre a soma dos comprimentos dos lados. Os discentes compreenderam a mensagem, uma vez que conseguiram solucioná-lo. Com o objectivo de os preparar para situações reais, solicitei a realização dos exercícios do manual adoptado. Estas actividades referem-se a problemas do quotidiano. A minha função foi apoiar, individualmente, a cada um dos alunos.

A aula decorreu com normalidade, embora tenha sentido que existiam algumas dificuldades a colmatar.

Dezanove de Maio, últimas regências de Matemática e por sinal, observadas pelo Supervisor Doutor Pedro Tadeu.

A aula desenrolou-se à volta do círculo e circunferência. Expliquei alguns conceitos da circunferência, tais como, os de diâmetro, corda e raio, sendo este último um caso específico do segundo. Mostrei aos discentes a aplicabilidade da Matemática para resolver os problemas que surgem no quotidiano, procurando, assim, um factor importante para a aprendizagem. Desta forma, levei para a aula CDs, moedas e tampas cilíndricas, juntamente com uma linha e uma régua.

Organizei grupos de trabalho e distribuí, a cada um, três objectos para investigar. Esta actividade teve como objectivo confirmar a exequibilidade das aprendizagens anteriores. O resultado foi profícuo. Mas as inúmeras actividades motivadoras, na minha opinião, ocuparam demasiado tempo, conduzindo ao incumprimento da planificação.

Foi, também a reflexão proposta pelo Supervisor, não pretendermos diversificar estratégias em demasia. Mas sendo uma aula assistida e cuja área, não é propriamente a minha formação de base, reconheço que me senti menos à vontade, que nas restantes.

Em vinte e cinco de Maio fiz as últimas regências a Língua Portuguesa e abordei a Fábula.

Como a aula desta disciplina é um palco privilegiado para a formação integral do aluno, o texto é sempre um pretexto para um trabalho de alargamento de conhecimentos, leituras, troca de experiências e saberes, expressão de emoções e de afectos e escritas. Neste sentido, durante esta aula dedicada ao estudo da fábula (integrada na grande unidade didáctica – o texto narrativo), julgo que consegui que os alunos criassem o gosto pela produção dos seus próprios textos e pela leitura.

Pedagogicamente, recorri, no início, à audição de uma pequena fábula, de forma a levar os alunos a descobrirem a sua definição. Souberam facilmente referir o seu significado. Dei-lhes, ainda, a conhecer, para que os seus horizontes culturais fossem alargados, alguns nomes de escritores nacionais e internacionais e de algumas fábulas por eles escritas.

Os alunos desenvolveram hábitos de trabalho e autonomia, pois considero indispensáveis no seu processo de sociabilização: o desenvolvimento de métodos de trabalho; a partilha de saberes, interesses e responsabilidade, contribuindo para uma saudável cooperação; e a prática contínua da reflexão sobre o funcionamento da língua, enquanto estratégia facilitadora de apreensão e produção de mensagens de intenção comunicativa diversa.

Esta aula privilegiou a colaboração constante do aluno e o conteúdo temático trabalhado foi pretexto para a realização de actividades de produção escrita e de leitura, tendo, também, desenvolvido as potencialidades de compreensão e de expressão oral e escrita. Conduziu, ainda, a um diálogo bem estruturado e a uma cooperação verdadeiramente estreita e compreensiva.

Na minha opinião, o ensino e a aprendizagem em cooperação são necessários ao fortalecimento das áreas fortes dos alunos e à formulação de respostas adequadas às suas necessidades.

Terminaram aqui, em vinte e seis de Maio, as minhas aulas em contexto de prática supervisionada. Foram muitas horas, planificações diversas, muito trabalho, muitas angústias, porque parecia que o tempo não chegava. Sei que é preciso continuar a aperfeiçoar, adaptando às diversas situações, métodos e estratégias, visando sempre o protagonista, o aluno.

Sendo então a Escola o lugar onde se pretende desenvolver o essencial das aprendizagens, da educação e formação dos alunos, devem-se criar ambientes de aprendizagem estimulantes baseados em projectos claros e com real valor educativo e formativo.

Concluo com a seguinte citação de Isabel Alarcão:

“[...] não basta apenas saber muito, saber em extensão e profundidade, e ser um grande especialista na matéria ou nas matérias que ensina, conhecer e aplicar com mestria os processos de ensino e as técnicas psicopedagógicas do saber fazer. É preciso que tudo isso passe pelo desejo de querer ser um bom profissional da educação, um educador que envolva a pessoa toda. Ser professor não é apenas uma ciência; é também uma arte que pressupõe amor, dedicação, entusiasmo, alegria, vida. Ser professor é ajudar o educador a crescer, a desenvolver-se, a sair de si mesmo de um modo global, harmónico e progressivo. Ser professor é comprometer-se inteiramente com a escola em que está inserido e com o sistema educativo de que ela faz parte, em ordem a transformá-la numa autêntica comunidade educativa. Ser professor é também educar-se, crescer, desenvolver-se com os seus próprios alunos, com a sua escola” (Alarcão, 1996, p.132).

2.5 - Reflexão auto e hetero-avaliação

A complexidade do processo ensino/aprendizagem, implica que o professor esteja continuamente exposto à avaliação.

Atendendo às alterações vividas pela sociedade nas últimas décadas é-nos exigida a adopção de posturas educativas dinâmicas e inovadoras que conduzam a formas de actuação mais activas e eficazes, no fundo, adequadas ao contexto da comunidade onde nos inserimos e à especificidade de cada um dos nossos alunos. Torna-se, portanto, necessário repensar o caminho: um professor que se interroga e tem dúvidas estará sempre pronto a efectuar correcções e ajustes nas suas práticas. Partindo do pressuposto que educar e avaliar sejam processos inerentes à vida social humana, a verdade é que não se nasce professor, muito menos perfeito. Ser professor é um “ofício” que se constrói, que se aprende. É nesta perspectiva, que pretendo que a auto-avaliação contribua para

regular as minhas práticas educativas, para melhorar/aperfeiçoar o contributo que tenho dado na formação pessoal, social e ética dos meus alunos e que sirva para introduzir alterações/ajustamentos que proporcionem orientações para o meu desenvolvimento pessoal e profissional que levarão, certamente, à melhoria da minha prática pedagógica e à minha valorização aperfeiçoamento, nesta complexa e árdua tarefa que é educar.

Avaliar é um acto complexo mas de fulcral importância para o processo de aprendizagem. Ao assumir cariz formativo, promove a melhoria do desempenho dos alunos sempre que eles acompanham, através da reflexão, os seus próprios progressos.

A prática do Estágio Supervisionado é essencial para a aquisição da prática profissional, constituindo um momento intrínseco de reconhecimento do nosso perfil profissional. É, na verdade, um grande momento de auto - conhecimento perante a profissão, onde colocamos também, muitas vezes, em prática os nossos valores morais e éticos, a nossa personalidade e os nossos sentimentos. O saber do professor advém da família, da escola que o formou, da universidade, de seus pares, da sua origem social, dos cursos de formação profissional, das instituições em que trabalha.

Ao fazer uma retrospectiva destes dois anos em que decorreu este Mestrado, embora tenham acontecido alguns percalços, pois não foi fácil conciliar a actividade profissional com a de estudante, considero ter sido uma mais-valia, a nível profissional e também pessoal. Atendendo a que o ser humano é um ser inacabado e a docência uma área de contínua formação e actualização foram-me transmitidos conhecimentos a nível científico e pedagógico, capazes de me tornarem uma melhor profissional. E esse foi, sempre, o meu principal objectivo, ao “embarcar nesta aventura”.

Tal como em todas as áreas, haverá sempre aspectos a limar, pois surgem situações imprevistas que nos conduzem a uma certa instabilidade. No entanto, julgo que, de uma forma geral, o trabalho desenvolvido contribuiu para o meu enriquecimento, como já referira, anteriormente. Deste modo, posso afirmar que houve um contributo bastante positivo por parte de todos os envolvidos neste processo. A partilha e a consequente reflexão conduziram a uma prática educativa, centrada na aprendizagem do seu elemento fulcral, o aluno.

Permitiu-me, ainda, o contacto com outras realidades e novas experiências. Assim, ao iniciar a minha prática, fui imbuída num espírito de humildade e respeito, em relação ao processo cognitivo e afectivo dos alunos que ia ter pela frente, pois no dizer de Paulo Freire “O clima de respeito que nasce de relações justas, sérias, humildes, generosas, em que a autoridade docente e as liberdades dos

alunos se assumem eticamente, autentica o caráter formador do espaço pedagógico” (Freire, 1996, p. 92).

3º CAPÍTULO – Aprofundamento do problema /tema escolhido

EDUCAR PARA OS VALORES

3.1 – Introdução

A educação para os valores afigurou-se-nos temática importante a desenvolver em contexto escolar, por razões que procuraremos esclarecer mais adiante. Mas, de um modo sintético foi a nossa própria experiência que nos alertou para a necessidade de aprofundar o sentido, a natureza e as perspectivas pedagógicas adequadas à educação para os valores.

Sendo um dos objectivos do ensino básico consagrado no artº 7º, alínea a), da LBSE “assegurar uma formação geral comum a todos os portugueses que lhes garanta a descoberta e o desenvolvimento dos seus interesses e aptidões, capacidade de raciocínio, memória e espírito crítico, criatividade, sentido moral e sensibilidade estética, promovendo a realização individual em harmonia com os valores da solidariedade social” (Ministério da Educação, 2005) torna-se premente educar neste sentido as novas gerações.

A sociedade actual apresenta-se imensamente desenvolvida, assistindo-se a um contínuo progresso científico e tecnológico. Porém, e apesar de todos os aspectos positivos que possam advir desta evolução, ela parece ser afectada por um mal comum, do qual não se consegue desviar – a ausência de valores. Reflexo do estrangulamento dos laços que ligam o ser humano ao mundo que o rodeia, esta lacuna é um vazio que deteriora a personalidade, a auto-estima e o bem-estar dos indivíduos.

A pós modernidade vem propor-nos pensamentos débeis, em que se chegou ao extremo de dizer que tudo vale o mesmo, situando-se no relativismo axiológico. Segundo Enrique Gervilla, os jovens de hoje “sólo hay una vida que vivir y un presente que gozar.” Para esta nova geração vale o momento presente e festivo da cigarra, mas não o futuro laborioso da formiga (Gervilla, 1993, p.19).

Somos hoje confrontados com atitudes de apatia, de indiferença e a substituição do princípio da sedução pelo da convicção. É evidente que a desagregação da sociedade, dos costumes, do indivíduo contemporâneo, na época do consumo de massa, com a emergência de um modo de socialização e de individualização inédito, em ruptura com o instituído desde os séculos XVII e XVIII, terão dado o seu contributo, para esta sociedade desenraizada de princípios e valores, considerados fundamentais para a vivência em sociedade (Lipovetsky, 1989).

Vivemos, indiscutivelmente, num mundo pluralista e, na verdade, o multiculturalismo enriquece-nos, permitindo o contacto com variadas culturas, outros sistemas de valores, costumes e formas de vida. Por outro lado, o avanço tecnológico e científico, provocou uma alteração profunda no domínio das mentalidades e por conseguinte, no dos valores. Estas mudanças rápidas implicaram “uma crise” nos valores tradicionais e há quem considere que estamos a viver uma crise civilizacional. Daí que se nos afigure pertinente questionar se **haverá falta de valores na sociedade actual**.

Para Lipovetsky, estas atitudes devem-se ao individualismo exacerbado que entrou numa nova fase nas sociedades ocidentais. Aproxima-se, por isso, uma grande carência de ser. Estamos na era do “vale tudo”. Viver apenas o presente, não em função do passado ou do futuro, viver para si próprio, é para o homem actual, motivo de alegria, que vive num individualismo narcisista e hedonista, em que tudo vale. Não parece assim possível distinguir o bem do mal, tudo é relativo, resultando um pluralismo de valores que conduz à desorientação, à desconfiança, ao agnosticismo (Gervilla, 1993).

Para Enrique Rojas a sociedade ocidental é uma sociedade doente de onde surge o homem *light*, o qual tem “por bandeira uma tetralogia mista: hedonismo, consumismo, permissividade, relativismo. Todos eles impregnados de materialismo” (Rojas, 1994, p.5). Tudo isto fá-lo parecer como os produtos *light* e portanto um ser humano sem essência, para o qual apenas conta o dinheiro, o poder, o êxito e o prazer sem limites. Um homem relativamente bem informado, mas com escassa formação humana, que se interessa por tudo, mas superficialmente, tornando-o fútil e vão, afastado dos valores transcendentais. Vive numa busca incessante do prazer imediato e do bem-estar, obcecado pelo êxito e pelo prestígio...tendendo para a orfandade de humanidade. Esquece que a renúncia, o sacrifício e a espera, são mais importantes do que a concretização dos seus desejos. Autores há, que defendem que o prazer escraviza o homem sendo um obstáculo para a libertação do espírito (Redon, 1998). O importante é despertar no outro admiração, senão mesmo inveja. O que dita a conversão ao futilismo, em que tudo é banal e permissivo. Pode ser um homem competente profissionalmente, mas além disso não possui muito mais, gerando-se em si um grande vazio moral, porque o ser humano é um todo muito complexo, em que inteligência e consciência devem estar em consonância.

Não corre riscos, o que o impede de poder vir a ser um herói. Vive na apatia, a sua moral converteu-se a uma atitude estética. Sem referências, o homem perde o norte e está cada vez mais desorientado em relação às grandes interrogações da existência e vive a incapacidade de assumir com dignidade qualquer compromisso sério.

Apesar de haver tanta informação e acesso a ela, nunca houve tanta ignorância. O pós-modernismo tenta afastar a todo o custo o sofrimento, não concebe que este possa ser uma forma de aprendizagem.

Tudo hoje é considerado relativo (relativismo) e “não há nada totalmente absoluto, nada totalmente bom ou mau”. Assim nasce um homem indiferente, que possui tudo e apresenta uma alma vazia de conteúdo, que o conduz à aridez e insipiência (Rojas, 1994, p. 9). Outros autores defendem que o relativismo moral não é mais do que uma teoria que deixa o homem condicionado ao tempo e à sociedade em que vive, não admitindo que nada de absoluto possa ser ensinado. O que retira referências para o aperfeiçoamento.

A vida assume-se hoje sem imperativo categórico. Vale o que agrada. “El único imperativo categórico és «Haz lo que quieras», «!Vive feliz!»” (Gervilla, 1993, p. 57).

Lipovetski refere que estamos na era do vazio. Vive/ -se numa sociedade de consumo - consumo de massas, que se instaurou como legado das sociedades modernas. O consumismo acaba por ser o critério de desigualdade entre os homens, a medida de todas as coisas. Em suma, mesmo tendo tudo materialmente não se alcança a felicidade, observando normas e padrões da pós modernidade.

Já para Vítor Bento, a actual crise de valores está relacionada com a perda de “referências religiosas, sem que tivessem emergido substitutos adequados para o efeito, as *âncoras* valorativas em que tradicionalmente assentava a moralidade que a sociedade procura estabelecer para a sustentada prossecução do seu bem” (Bento, 2011, p. 96). Assim, a moralidade social transformou-se num relativismo que tem levado à moralidade de direitos sem obrigações. Emergem valores dominantes, associados à maximização do bem material, individual e imediato, prevalece o presente sobre o futuro, o individual sobre o comum. “A riqueza material e a sua ostentação tornaram-se os objectos dominantes do reconhecimento social, orientando os comportamentos na sua direcção” (Bento, 2011, p.96).

Por seu lado, Edgar Morin diz que “ganhar a vida pode significar perdê-la, que as satisfações materiais são acompanhadas por insatisfações espirituais, que a realização do bem-estar exterior suscita mal-estar interior” (Morin, 2004, p. 137).

Actualmente somos levados a pensar que os valores têm uma vigência limitada no tempo e no espaço, e, na realidade, alguns são mutáveis. Contudo, a DUDH, afirma que há direitos que são transversais a toda a humanidade, não sendo lícita a exclusão/discriminação de pessoas. Todos os homens nascem livres e iguais.

Gervilla refere que a cultura actual, devido à fugacidade dos valores, tem experimentado mudanças radicais, profundas e aceleradas. Ao desaparecerem as convicções escatológicas, as crenças em

verdades absolutas, desapareceu simultaneamente a estabilidade e a permanência. O seu lugar foi ocupado por outros valores: o efêmero, o presente, o instável (Gervilla, 1993).

À Escola, como principal instituição complementar da família, deveria caber uma educação que não se restrinja ao ensino de conteúdos programáticos, mas englobe uma educação para os valores, nomeadamente o respeito pelo outro, pela diferença e a tolerância e solidariedade que são essenciais para alcançar a felicidade. De acordo com Rojas, todo o ser humano procura a felicidade, mas poucos a conseguem alcançar. Para ser feliz o homem precisa referir-se a certos valores. “Cada ser humano é insubstituível, cada um de nós é uma promessa de futuro. A felicidade consiste em encontrar um programa de vida que nos encha o suficiente de modo a motivar a nossa trajectória” (Rojas, 1994, p. 139).

Para atingir os objectivos a que nos propomos, o caminho pode ser, (e é, vezes sem conta), árduo, remamos contra a maré, mas é este espírito de luta que nos permite alcançar a meta desejada. Afinal, “a felicidade nunca é uma oferta, há que conquistá-la e moldá-la com ilusão “ (Rojas, 1994, p. 140).

Actualmente, confunde-se muito felicidade com bem-estar, prazer, triunfo e caiu no esquecimento a coerência, fruto de uma personalidade madura e equilibrada psicologicamente.

É a própria publicidade que vende valores e com imagens e conceitos nos conduz à ilusão de que a realização de valores passa pela aquisição e consumo de certos bens materiais, sugerindo que para Ser é preciso Ter.” Associa arbitrariamente certos produtos com certos valores e promete mais do que aquilo que pode dar” (Reis, 2007, p. 579). Apresenta-nos um mundo de consumo e dos prazeres, em que são esquecidos os valores do mundo do trabalho, da solidariedade...

O mesmo autor refere ainda, que os “*mass media*, nas suas formas de comunicar, na especificidade das suas linguagens, no âmbito dos seus valores e estatutos conferidos aos comunicadores, no tipo dos saberes divulgados, constituem um novo ambiente educativo” (Reis, 2007, p. 21). Qualquer educador deve ter em conta este fenómeno e precisa estar atento. A situação torna-se mais gravosa, na medida em que a maior parte das vezes, os pais não controlam a exposição ao conteúdo violento, comercial e até ofensivo para certos valores e princípios culturais.

Esta realidade tem merecido, desde há algum tempo, a atenção dos pedagogos, que a reconhecem como umas das dimensões fundamentais da nossa era da cultura de massas.

A Escola deve, ainda, ser um espaço de promoção da educação para a cidadania, pois ser cidadão responsável e consciente dos seus direitos e deveres, valorizando a dimensão ética, é fundamental

para uma vida harmoniosa em sociedade. A questão dos valores é indissociável de uma educação para a cidadania. **Mas será que a nossa Educação vai ao encontro dos Valores e da Cidadania?**

No sistema de ensino português, a educação tem como objectivo desenvolver a personalidade da criança, as suas capacidades e aptidões mentais e físicas, na medida das suas potencialidades, nunca descurando as bases éticas da convivência comunitária.

A própria LBSE torna explícito que o sistema educativo deverá contribuir para “o desenvolvimento pleno e harmonioso da personalidade dos indivíduos, incentivando a formação de cidadãos livres, responsáveis, autónomos e solidários e valorizando a dimensão humana do trabalho” (LBSE, art. 2.º, n.º 4), “bem como promover o espírito democrático e pluralista, respeitador dos outros e das suas ideias, aberto ao diálogo e à livre troca de opiniões, formando cidadãos capazes de julgarem com espírito crítico e criativo o meio social em que se integram e de se empenharem na sua transformação progressiva” (Ministério da Educação, 2005).

A educação estimula à perfectibilidade e deve ser um processo consciente e conduzido, construindo, no ser humano uma segunda natureza. O que quer dizer que constitui um projecto colectivo que nos resgata da animalidade para a humanidade.

Gervilla defende que hoje uma educação integral há-de saber conjugar modernidade e pós modernidade, relacionando esforço e prazer, ética e estética, o presente com o passado e o futuro, a festa e o trabalho, o sexo e o amor ... Em suma, deve propiciar o máximo bem-estar pessoal com as mínimas limitações sociais (Gervilla, 1993).

Na escola em que exerço funções tentamos que sejam respeitadas e fomentadas as regras básicas de convivência entre pares: aluno/aluno; aluno/adulto, intra e extra escola.

Anualmente e através da atribuição de um Quadro de Mérito, valorizamos e reconhecemos atitudes e comportamentos exemplares vivenciados nos valores que pautam o dia-a-dia da Escola (trabalho, esforço, entajuda, solidariedade, amizade e respeito). Reconhecemos desta forma os alunos que se distinguem pelas suas atitudes exemplares, relativamente a acções de benefício comunitário e/ou de expressão de solidariedade.

Para Requixa, “a educação é hoje entendida como o grande veículo para o desenvolvimento, e o lazer, um excelente e suave instrumento para impulsionar o indivíduo a desenvolver-se, a aperfeiçoar-se, a ampliar os seus interesses e a sua esfera de responsabilidades” (Requixa, 1979, pp. 21-25).

Quer a família, quer a Escola constituem espaços de aprendizagem e de socialização. A formação da escola é essencial, mas não chega. A esta última cabe também não esquecer a importância do tempo livre no processo de formação dos alunos. É sua tarefa proporcionar-lhes conhecimentos e oportunidades para que eles possam viver, conviver e trabalhar, dando sentido às suas vidas. E, hoje em dia, não podemos alcançar estes objectivos simplesmente pela óptica de uma educação para o trabalho, mas paralelamente por uma de educação para o lazer.

Na verdade, configuram-se hoje novos modelos de família, novas formas de convivência. Contudo, a família é dos poucos fenómenos universais de sociedade e espaço privilegiado para a transmissão de valores. Ela é uma espécie de “dobradiça” do indivíduo com o mundo. O contexto familiar tem sido considerado pelos investigadores em ciências humanas e sociais como um processo informal com contributos significativos para o desenvolvimento da criança e para a sua adaptação ao meio e à sociedade onde vive, pois é o primeiro espaço onde esta aprende a língua, as noções, os conceitos, as atitudes, os valores culturais, as maneiras de fazer, de ser e de estar, as formas de interpretar o mundo e de nele agir (Candeias, 2009).

3.2 - Ética e cidadania

Segundo Antenor Nascentes, o termo Ética vem do grego *ethiké [epistéme]*, a ciência relativa aos costumes e pelo latim *ethica*. Significa o modo de ser e o carácter. Foram os romanos que traduziram o *ethos* grego, para o latim *mos*, que significa costume, e que deu origem à palavra moral. A palavra *ethos* (carácter) e *mos* (costume) apontam para um comportamento humano não natural, que é adquirido ou conquistado por hábito e não nasce com o ser humano (Nascentes, 1985). Assim, etimologicamente, ética e moral, relacionam-se com as relações colectivas entre o Homem e a sociedade (Vázquez, 1998). No quotidiano não se faz distinção entre ética e moral. No entanto, é possível fazer distinção entre as duas palavras. Assim, “moral” definir-se-ia como o conjunto de princípios, regras, costumes, valores e preceitos que orientam o comportamento do sujeito no seu grupo social; e “ética” definir-se-ia como a teoria, o conhecimento ou a ciência da conduta moral, que procura explicar, compreender, fundamentar e criticar a moral (Cruz, 1944).

Já a palavra cidadania vem do latim *civitas*, que significa cidade. O termo cidadania foi usado na Roma antiga para identificar a situação política de uma pessoa e os direitos que essa tinha ou podia exercer, pois não era extensiva à população em geral. “A cidadania expressa num conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar activamente da vida e do governo de seu povo. Quem

não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social” (Dallari, 1998, p. 14).

A cidadania sempre se associou à possibilidade de participar na vida pública e influir no seu rumo. Ser cidadão implica reconhecer e reconhecer-se no legado cultural das comunidades sem contudo abdicar de as poder transformar (Figueiredo, 2002). Porém, a cidadania não nos é dada, ela é produzida e tomada a partir da capacidade de organização, participação e intervenção social. Não surge do nada como a magia, nem a simples conquista legal dos direitos significa a realização destes direitos. É, também, necessário que o cidadão comunique, seja activo, e exerça os seus direitos (Dallari, 1998).

Produzir cidadania é construir novas ligações e consciências. A cidadania reporta-se ao agir, não se aprende com os estudos, mas com o relacionamento na vida social e pública. É no convívio do quotidiano que praticamos a nossa cidadania, através das relações que estabelecemos com os outros e meio ambiente. A cidadania deve passar por temas como a solidariedade, a democracia, os direitos humanos, a ecologia e a ética (Dallari, 1998).

3.2.1 - Cidadania e os jovens

A valorização da cidadania pode considerar-se o grande desafio das sociedades actuais. Enquanto professores, estamos habituados a olhar os jovens adolescentes prevalentemente como alunos. Omitimos por vezes que na nossa frente estão seres humanos em desenvolvimento psíquico, físico e social que é indispensável na experiência educacional observarmos as duas condições dos alunos, enquanto seres humanos em desenvolvimento e enquanto cidadãos. Paulo Freire, defende que é com uma **educação autêntica** dos jovens que se constrói o caminho para a justiça e a paz (Freire, 1996).

Apesar de ser prática comum admitir a falta de valores no mundo de hoje, Camps defende que o reconhecimento da crise é já um sinal de lucidez, a lucidez proveniente da insatisfação perante uma realidade humana, muito parca de valores (Camps, 1996).

A psicologia e a pedagogia têm-nos auxiliado a entender as características particulares de crianças e adolescentes. Actualmente sabemos que estes não são pequenos adultos. Na prática, no entanto, é frequente tornarmos adultas as crianças, isso observa-se na maneira de vestir, na obrigação de modelos de comportamento adulto para as crianças, nos deveres que transportamos para as crianças,

no uso de uma linguagem conceitual, no impedimento em brincar, no sobrecarregar de actividades que as levam ao *stress*. Isto não significa que a educação se faça sem colocar limites e responsabilidades, significa, sim, que a educação se fará respeitando a condição da infância da criança. Se desejarmos uma sociedade saudável, devemos deixar as crianças/jovens viver a sua infância. Nos dias de hoje estamos mais preocupados em preparar os jovens/crianças para o mundo da globalização e tecnológico e descuramos a assistência da infância e da juventude (Costa, 1993).

Formar e educar para a cidadania, pode e deve ser exercido na escola, pois esta educação, poderá contribuir para que os seres humanos sejam capazes de viver as suas vidas baseadas, em princípios de harmonia, paz, tolerância, respeito, sabendo identificar quando esses princípios estão a ser violados.

3.2.2 - Onde se encontra a cidadania

A educação para os valores deve ser assumida como tarefa de todas as disciplinas e de todos os docentes. Como ressaltam Assunção & Rei (1999) “a educação para os valores deve ser transversal à totalidade do currículo. O sucesso de tal empreendimento não está tanto na apresentação de tais valores, em si, mas na capacidade de os jovens se interrogarem, em cada uma das componentes curriculares, em cada disciplina, perante questões últimas como a identidade pessoal, a finalidade da vida, o relacionamento com os outros e com o mundo. Trata-se de problematizar as alternativas que se colocam ao jovem, através da reflexão crítica, de forma a ele as conhecer, apreciar e, livremente, assumir aquelas que se lhe apresentam como ajustadas ao seu projecto pessoal de vida e de felicidade” (p. 8).

A cidadania não é uma simples área disciplinar para ser leccionada, nem tão pouco um tema transversal a ser trabalhado (Cavalcanti, 1998). É importante salientar que a cidadania do aluno não é a mesma do professor, dos técnicos de apoio, do director, dos funcionários, dos pais, é a do próprio aluno. Não podemos omitir que o projecto pedagógico deve estar em função da cidadania do aluno, logo este deve ser encarado como um cidadão (Cavalcanti, 1998).

Os professores, na condição de “modelos”, têm que reforçar nos seus alunos a capacidade de abertura à alteridade, com vista a eliminar tensões sociais. O diálogo aberto e franco, a troca de argumentos, são instrumentos indispensáveis a uma educação consciente.

A transversalidade como método

Como foi dito anteriormente a cidadania não é uma área curricular, mas um objectivo educacional. Assim, é preciso educar para a cidadania. A transversalidade é o melhor caminho para trabalhar a cidadania, estabelecendo uma relação entre aprendizagem da e na própria realidade (Cavalcanti, 1998).

A cidadania reflecte-se, pratica-se e constrói-se. É, pois, necessário proporcionar aos alunos reflexões sobre os direitos, deveres e responsabilidade numa ordem social que se pretende cada vez mais justa e inclusiva.

3.3 - A ética e a educação

A educação moderna relaciona-se com o conhecimento científico, com a técnica e hoje mais acentuadamente com a tecnologia. Antes a formação pessoal e social era uma questão central. Actualmente essa formação foi transferida para o conhecimento científico. A formação deu lugar à informação. Assim, a educação tornou-se orientada por uma única via, a transmissão de conhecimentos (conhecimentos esses, muitas vezes, totalmente alienados da realidade sócio-cultural dos alunos). Os alunos estudam visando a realização profissional e preocupam-se em serem os melhores, contudo, não estudam princípios como: solidariedade, respeito e amor ao próximo, ética, cooperação... A escola absteve-se da importância da dimensão ética na formação dos alunos, propiciando uma desestruturação do ser humano que se vem reflectindo na violência actual e que evidencia a tal “crise de valores”. Esta situação ficou, frequentemente, a cargo das famílias e das instituições religiosas. A família, a religião, os *media* exercem um papel fundamental na formação da moral das crianças e adolescentes. Não obstante, a escola é o lugar privilegiado para desempenhar tal papel. Assim, não podemos mais conviver com um único modelo educacional, preocupado somente com a aprendizagem das matérias das várias disciplinas. É imprescindível retornar ao “ensino” da Ética. A ética é, desta forma, um dos principais temas transversais que contribuem para a educação para a cidadania (Cavalcanti, 1998).

Segundo Eduardo Lourenço, nas novas gerações a problemática da ética é das mais obscuras e, ao mesmo tempo, absolutamente incontornável. Deste modo, no mundo actual, sem referências e referentes, propor uma reflexão sobre ética é, na verdade, algo de audaz e, também, uma boa contribuição para uma nova ordem, que não é meramente ordem política, nem ideológica, mas sim da nossa cultura (Lourenço, 2003).

O direito à educação é um direito social dos cidadãos e deve ser adoptado como um dever por todos aqueles que de algum modo constroem as políticas educativas. Neste prisma estão presentes medidas que visam garantir uma educação de base para todos. Assim se constitui o pilar de uma cidadania activa, já que o nível de literacia de uma população influencia a capacidade para reclamar e exercer os direitos e cumprir os deveres de cidadania (Figueiredo, 2002).

3.3.1- Ética escolar

Segundo Cavalcanti, na escola, o tema ética encontra-se nas próprias relações entre os agentes que constituem a instituição: os alunos, os professores, os funcionários e os pais. Está ainda subjacente nas áreas curriculares disciplinares, uma vez que o conhecimento não é neutro, nem impermeável aos valores. Por fim, encontra-se, também, nos temas transversais, que, de uma forma, ou de outra, trabalham valores e normas.

O papel da escola passa a ter mais significado quando interpretado com saber, pelo que precisa muitas vezes de ser repensado, reavaliado e reestruturado. Infelizmente, nem sempre a escola tem cumprido o objectivo da educação que é desejável (Santos, 2009). É indispensável a implantação de uma escola cidadã, onde os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade, eficiente para assegurar o conhecimento acumulado, sem preconceitos, sem discriminação, promovendo a sua autonomia e educando para que o aluno seja capaz de encontrar a explicação ao que pergunta (Silva, 2002).

A escola que ambicionamos deve assegurar a todos a formação que ajude o aluno a transformar--se numa pessoa que pense, capaz de utilizar o seu potencial de pensamento na construção e reconstrução de conceitos, habilidades e valores (Libâneo, 1998).

É necessário que o professor tenha o conhecimento de estratégias de ensino e o desenvolvimento das suas próprias competências de pensar, além da abertura, nas suas aulas, para reflectir sobre os problemas sociais, que possibilitem aulas mais democráticas, através de um saber emancipador. Assim, apropriar-se criticamente da realidade significa contextualizar um determinado tema de estudo, compreendendo as suas ligações com a prática vivenciada pela humanidade (Libâneo, 1998). Na escola, os estudantes devem julgar-se cidadãos activos no processo ensino-aprendizagem, sociabilizando saberes e produzindo uma posição crítica frente a qualquer um outro assunto em estudo, quer seja ou não por eles vividos (Schlindwein, 2010). A escola que prepara para a cidadania deve reflectir alguns elementos básicos como criticidade e autonomia, introduzindo-os nos conteúdos

escolares considerados pertinentes para a formação do cidadão participativo e actuante no seu meio. A formação escolar, ao dar importância aos conteúdos, revela um compromisso que garante o acesso aos saberes historicamente acumulados, pois esses saberes influenciam o desenvolvimento, a socialização, o exercício democrático da cidadania e a actuação no sentido de contestar ou reformular os conhecimentos e as imposições de crenças e valores. Os conteúdos escolares que são ensinados devem, portanto, estar em harmonia com as questões sociais que marcam cada momento histórico (Firmino, 2007). Segundo Libâneo, a escola precisa oferecer serviços de qualidade e um produto de qualidade, de modo que os alunos que passam por ela ganhem melhores e mais efectivas condições do exercício da liberdade política e intelectual (Libâneo, 1998). A educação deve também construir responsabilidade cívica, logo a escola deve ser um espaço de formação e informação, onde a aprendizagem de conteúdos propicie a inserção do aluno no contexto das questões sociais marcantes e no universo cultural mais lato (Libâneo, 1998). A escola, na perspectiva de construção de cidadania, precisa de valorizar a cultura da sua própria comunidade e procurar ultrapassar os seus limites, apoiando os alunos que pertencem a diferentes grupos sociais e o acesso ao saber (Firmino, 2007).

Um ensino de qualidade que planeia a formação de cidadãos capazes de interferir criticamente na realidade para a transformar deve contemplar o desenvolvimento de capacidades que possibilitem adaptações às complexas condições e alternativas de trabalho que temos hoje, e, saber lidar com rapidez na produção e circulação de novos conhecimentos e informações que têm sido crescentes (Firmino, 2007). A formação da escola deve possibilitar aos alunos condições para o desenvolvimento de competências e consciência profissional, mas não restringir-se ao ensino de habilidades imediatamente reclamadas pelo mercado de trabalho (Firmino, 2007).

Corroborando António Manuel Fonseca, (2000) de nada serve transmitir valores morais e civicos se não forem criadas condições para que possam ser exercitadas. Na Escola não devem ser apenas importantes os aspectos cognitivos, mas também os do domínio afectivo, que se reconhecem fundamentais na formação pessoal para a autonomia moral e a autoridade, o conhecimento e o juízo crítico, a empatia e a comunicação, assim como a formação social para a escolha e a decisão, a cooperação, a intervenção e o compromisso, que em complementaridade constituem os quatro pilares da Educação, referidos no relatório Delors: aprender a conhecer, a fazer, a ser e a viver juntos (Delors, 2011).

Para F. Savater a família/os pais têm vindo a desistir das suas responsabilidades para com os filhos, renunciando, muitas vezes, à transmissão do muito ou pouco que sabem em favor de um ensino supostamente científico. Deixando de se encontrar com os mais novos na esfera da partilha de tarefas e responsabilidades sociais e cívicas, desistem da tarefa de formar a consciência cívica das crianças, passando essa responsabilidade para os professores (Savater, 1997). Não podemos ignorar, ou mesmo

culpá-los pelo facto, pois esta situação é, um pouco, consequência da época em que vivemos: o trabalho dos pais que se debatem com falta de tempo e a própria moda. Segundo Lipovetsky, a moda, não é já apenas um luxo estético e periférico da vida colectiva: tornou-se um processo geral actuante em tudo o que diz respeito à produção e consumo de objectos, à publicidade, à cultura, aos *media*, às próprias alterações ideológicas e sociais. Teremos assim entrado numa segunda fase da vida das democracias, cada vez mais organizadas em torno das ideias de sedução, efémero e diferenciação marginal (Lipovetsky, 1989).

Também António Manuel Fonseca refere que a educação para os valores merece ser assinada como um tema pleno de oportunidades no âmbito da educação para a cidadania (Fonseca, 2000).

David Justino, num ensaio sobre o sistema de ensino português, refere que o atraso dos nossos alunos demonstrado em alguns estudos internacionais efectuados (TIMSS em 1996, que veio a ser corroborado pelos da OCDE referente a 2000, 2003 e 2006), se deve a um conjunto de factores interligados entre si e não isolados, acabando por “incomodar” actualmente a comunidade nacional, uma vez que “o debate sobre educação continua na ordem do dia e nem por isso se encontram as melhores soluções para tão incómodo problema. Pelo contrário, ao invés do que seria desejável, a educação continua a parecer um autêntico campo de batalha de onde ninguém sai vencedor” (Justino, 2010, pp. 15-16) .

De acordo com o mesmo autor, o facto não é novo na sociedade portuguesa e a sua consciencialização vem desde o século XIX, tendo levado os responsáveis políticos da época a adoptar a escolaridade obrigatória em 1844, facto que não surtiu grande efeito. Portugal continuou com uma das mais baixas taxas de alfabetização da Europa (Justino, 2010).

Ao longo do último século, com mais infra-estruturas físicas e humanas, os progressos continuam limitados, nem sempre se tomando consciência do fosso que nos separa dos outros países europeus (Justino, 2010). Porém, é inevitável a relação directa entre as lacunas educacionais e a dinâmica social: quando falha a educação sente-se a carência de princípios fundamentais para uma vida em harmonia.

Como estamos hoje no que diz respeito aos valores interiorizados pelas novas gerações? Que valores prevalecem entre os jovens no início do terceiro milénio?

Segundo Brezinka assistimos a uma crise na educação em que “a crise de valores e a falta de vínculos são a raiz da crise educativa actual “ (Brezinka, 2007, p. 29).

3.3.2 - A sala de aula como espaço propício à construção do conhecimento

Relação professor/aluno/conhecimento

É na sala de aula que professores e alunos têm a oportunidade de trocar conhecimentos, de construir uma aprendizagem sólida e colectiva, ultrapassando os conteúdos, denunciando a realidade tal como se apresenta e abrindo eventuais espaços de resistência (Silva A. C., 2002). O professor deve, então, ser claro na sua missão de educador, de agente facilitador do ensino-aprendizagem e de profissional responsável pelo sucesso de seus alunos fora da escola. Deve, ainda, ser competente, não medindo esforços na formação de um aluno cidadão, crítico e informado, capaz de compreender e actuar na sua realidade (Moisés, 1999). O professor necessita compreender a prática da interdisciplinaridade como atitude, como forma de organização administrativa e pedagógica da escola e como prática curricular. A atitude interdisciplinar requer uma mudança no pensamento e na prática do professor, visto que os alunos não conseguirão pensar de forma interdisciplinar se o professor oferecer um saber fragmentado e descontextualizado (Libâneo, 1998).

Uma característica requerida para o professor formar para a prática de uma cidadania consciente é a humildade que o mesmo deve ter em reconhecer que não detém o conhecimento de forma absoluta, principalmente porque o conhecimento se tem tornado mais dinâmico e que o seu aluno, assim como qualquer outro indivíduo, não é ignorante ao ponto de nada saber. Agindo dessa forma, o professor reconhece o potencial do seu aluno e respeita-o como pessoa (Libâneo, 1998).

A questão primordial da escola, hoje, refere-se à sua qualidade. E esta está directamente relacionada com os pequenos projectos pedagógicos das próprias escolas que têm demonstrado muito mais eficiência na conquista dessa qualidade do que os grandes projectos, fora do contexto social dos alunos (Firmino, 2007).

3.3.3 - A ética e as disciplinas

Ao planear as actividades escolares, seria importante seleccionar os conteúdos que se considerem relevantes para esclarecer as formas de organização cultural e social e destacar os diferentes valores que sustentam a relação entre as pessoas. É neste sentido que deve ser entendida a Ética como parte dos conteúdos de todas as disciplinas (Cavalcanti, 1998).

As questões éticas e de multiculturalidade podem surgir em diversos contextos curriculares. Este é o caso da Língua Portuguesa e da Língua Estrangeira, a língua, que sendo um dos veículos da cultura do país onde é falada carrega inevitavelmente valores dessa cultura. Por isso todas as características

da linguagem oral e escrita ou da norma culta em relação às outras formas de falar mostram as possibilidades do homem se manifestar na sociedade (Cavalcanti, 1998).

Se atendermos ao domínio da Geografia e História, áreas que se debruçam sobre as relações humanas, parece incontestável que falarmos das transformações das diversas sociedades no tempo e na construção de seus espaços se tenha que remeter a discussão à questão dos valores implicados (Cavalcanti, 1998).

Na Matemática, por exemplo, os usos que se fazem do conhecimento matemático não são isentos de valores. A leitura de um gráfico sobre a realidade económica pode desenvolver uma atitude crítica diante da suposta neutralidade dos números e dados (Cavalcanti, 1998).

As Ciências Naturais e Ciências Físico-químicas, dão-nos temas como a neutralidade, ou não, do conhecimento científico, as relações entre esses conhecimentos, as técnicas e as tecnologias ou as transformações sociais causadas pelo avanço tecnológico, que estão impregnados de valores. Contextualizar e discutir esses assuntos contribui para a formação moral e ética (Cavalcanti, 1998). Aliás, conhecer o corpo e o saber lidar com ele é também um importante factor de cidadania/ética.

Na Educação Visual, as diversas formas de manifestação artística da humanidade revelam-nos também visões de mundo impregnadas de valores. Ao lado das questões técnicas da produção, o acto de apreciar ou de realizar uma obra serve, sem dúvida, para a veiculação de ideias, valores e sentimentos (Cavalcanti, 1998).

Na Educação Física, as questões relativas à competição e à cooperação, ao conhecimento dos limites e possibilidades do próprio corpo e à auto-disciplina remetem para o respeito das regras, os valores e as noções de sociabilidade, que constituem uma boa oportunidade para abordar a formação moral (Cavalcanti, 1998)

3.4 - Construindo cidadania

Devemos valorizar e aperfeiçoar as experiências positivas que já existem, aprender com os insucessos e sermos criativos enquanto educadores. Cabe aos professores, embora não só, como dito anteriormente, a missão de educar para a cidadania. Ora isto implica uma transformação das relações pedagógicas e o assumir de “novas responsabilidades “ (Perrenoud, 2004, p. 41). O professor empenhado numa educação cidadã não se pode limitar a “dar” aulas e depois ignorar a vida escolar.

Bem pelo contrário deve envolver-se numa educação para e na cidadania indo muito além da transmissão de conteúdos. O que implica que os docentes tenham de adquirir e desenvolver novas competências e, como sublinha Perrenoud assumir uma *nova identidade profissional* e uma *nova relação com o saber e com os alunos* (Perrenoud, 2004).

É realmente importante considerar a cidadania e integrá-la na formação de professores, pois “a formação destes agentes é decisiva para a construção da escola de cidadania que se deseja” (Barbosa, 2000, p. 252).

3.5 - Educar com satisfação

Tradicionalmente a educação formal tem sido um obstáculo tanto para os professores como para os alunos. Deixando de lado os minutos do intervalo, as conversas com os colegas e a merenda, a escola tem sido, por vezes, um espaço desagradável. Os professores e os alunos anseiam pelo toque da campainha que termina a aula. Mais do que as crianças, são os adolescentes que demonstram insatisfação e não encontram na escola algo que seja importante para a sua vida. É necessário buscarmos outras formas de realização do processo de ensino e aprendizagem. Formas em que o aluno também seja activo, participe, discuta, se posicione e não apenas receba e escute. Na verdade, quando as crianças têm expectativas positivas face à escola e à aprendizagem poderão integrar-se melhor e aprender com mais facilidade. Tanto as escolas como as famílias têm grandes responsabilidades na promoção dessas expectativas.

Formas que envolvam não somente o desenvolvimento intelectual e cognitivo, mas também o emotivo e o afectivo. Formas em que professores e alunos façam e produzam juntos, em que a realidade esteja presente e que não se limitem às quatro paredes da sala de aula. É necessário que as famílias repensem os seus princípios educativos e que os educadores encontrem percursos, respostas à altura dos desafios, usem da sua criatividade a partir da realidade na qual actuam. Quanto à escola, espera-se que pelo menos não dificulte, não coloque obstáculos nas iniciativas criativas. Acreditar que se está a educar os alunos simplesmente porque os professores estão na sala de aula expondo, explicando, transmitindo os conhecimentos dos livros é o grande regime da nossa escola actual (Cavalcanti, 1998).

Não podemos esquecer que toda a educação é um processo pessoal, destinado a melhorar e aperfeiçoar o homem, a torná-lo mais valioso e mais feliz. Assim, a educação deve potenciar o espírito crítico, de forma a que cada um seja capaz de julgar e discernir o que é válido do que não é.

Só deste modo será possível realizar opções pessoais e perceber se os valores da pós modernidade são ou não “desvalores” (Gervilla, 1993). “Só uma educação sólida e baseada em princípios e valores firmes, mas ao mesmo tempo flexível e tolerante chegará a ser educação para todos”, contribuindo para uma construção equilibrada do ser humano, capaz de o colocar no domínio da sociedade, e esta ao serviço do próprio homem (Gervilla, 1993, p. 183).

Victoria Camps refere que educar é formar o carácter, para que se realize um processo de socialização fundamental, com vista a promover um mundo mais civilizado, em que tenham lugar valores éticos, essencialmente humanos. “A sociedade somos todos, assim, todos temos a responsabilidade de a melhorar, melhorando os comportamentos dos seus membros” (Camps, 1996, p. 9). Com efeito, a nossa responsabilidade, como educadores (escola ou família) é a de encontrar formas de preparar melhor as gerações jovens para a sociedade actual que é cada vez mais exigente.

Vítor Bento defende que a resolução para a presente crise, que inunda a sociedade contemporânea, implica a destruição de riqueza “artificialmente” criada, por indivíduos ou grupos que não olham a meios para atingir os seus fins lucrativos (Bento, 2011). Esta forma de estar no mundo, tão comum nos dias de hoje, pode vir a ser transformada pelos “cânones” de uma nova educação, que propicie que as gerações vindouras adoptem diferentes posturas económicas, orientadas para uma mais equitativa distribuição de recursos económicos e para o desaparecimento de gritantes desigualdades sociais, que têm gerado gigantescos conflitos.

Todo o ser humano deve ter direito a uma vida condigna. Um propósito legislado na D.U.D.H, mas que nem sempre é respeitado.

Considerações finais

Ao longo destes dois anos, em que decorreram os dois estágios, (1º e 2º Ciclos) foi-me facultada a possibilidade de adquirir conhecimentos científicos e pedagógicos, tanto teoricamente como na prática, que me permitiram a reflexão sobre práticas pedagógicas e estratégias implementadas, de forma a saber ajustá-las às diferentes realidades e especificidades dos alunos.

Nem todas as aulas decorreram exactamente como o planeado, mas penso que é importante e necessária alguma flexibilidade e conseguir fazer os ajustes essenciais, de forma a que os conteúdos sejam apreendidos por parte dos alunos.

Se, por um lado, é importante ter um conjunto de conhecimentos sólidos e estruturantes para a realização de novas e constantes aprendizagens, por outro, não é menos importante saber utilizar esses conhecimentos na resolução dos diferentes problemas que vão surgindo. De que servirá a um professor ter conhecimentos teóricos mais aprofundados se não sabe promover a aprendizagem de todos os seus alunos? Se não sabe planificar e executar actividades didácticas para incluir todos os alunos? Se não sabe comunicar com eles? Se não é capaz de lhes despertar uma atitude positiva face à escola?

Haverá sempre aspectos a melhorar pois, “um excelente educador não é um ser humano perfeito, mas alguém que tem a serenidade para se esvaziar e sensibilidade para aprender” (Cury, 2004)

Defendemos a importância da família e da escola, no processo de humanização dos jovens. A primeira será sempre uma espécie de “âncora”, a segunda, local de contacto de distintas culturas e de possíveis conflitos, tem como objectivo o desafio da educação integral dos jovens e a consequente transmissão de valores, como necessidade actual, uma vez que ao longo dos anos se têm perdido referenciais de valor e conceitos morais, levando a adoptar concepções em que o mais importante é o que se tem, não o que se é.

Diariamente somos “bombardeados” com notícias que nos dão conta de actos de violência exacerbada, vandalismo e toda uma panóplia de atitudes anti-éticas que nos assombram e levam a reflectir, sobre a educação que estamos a transmitir aos nossos jovens/ alunos.

Até as “famosas praxes” académicas, quantas vezes não nos deixam boquiabertos pela violência física e psicológica, implícita de colega para colega, e, em meio académico. O que devia ser uma

situação de sã camaradagem, torna-se uma verdadeira tortura. Nada obsta a que sejam feitas, mas dentro dos princípios de respeito, sem ofensa à integridade física ou psicológica do novo estudante.

Só uma educação integral pode levar à perfectibilidade, sabendo conciliar passado, presente e futuro, de modo a respeitar épocas e opiniões, discernir o correcto do menos correcto.

Também Delors refere que “ a educação para a cidadania constitui um conjunto complexo que abraça, ao mesmo tempo, a adesão a valores, a aquisição de conhecimentos e a aprendizagem de práticas na vida pública. Não pode, pois, ser considerada como neutra do ponto de vista ideológico” (Delors, 2011).

Mais uma vez, vimos reforçar a ideia, de que estas práticas se devem desenvolver desde cedo, na vida da criança, sendo a Escola um dos lugares propícios ao cultivo e sua transmissão. Esta é, por excelência, meio de educação, o que pressupõe ética, espírito crítico, (de modo a formar cidadãos capazes de intervir positivamente na sociedade, mudando-a em proveito de si própria), e de aquisição de um conjunto de valores morais, que permitam a cada um viver em harmonia, consigo e com os outros.

Num mundo, em que grande número de pensadores afirma ser parco de valores, não podemos desistir de tentar transmitir aos nossos alunos, homens de amanhã, algo que perdure, imprimindo-lhes um carácter de seriedade capaz de alterar o mundo, melhorando-o.

Quase todos os autores, sobre os quais me debrucei, são unânimes em considerar que só uma educação aberta à pluralidade de valores, (que podem diferir, dependentemente de vários factores), e a vivência por parte dos que os “apregoam” (pois aprendem-se valores vivendo num ambiente onde eles são apreciados, vivenciados e observados), poderão realizar “milagres” e inverter a actual tendência. Não podemos seguir a máxima: “Façamos o que ele diz, não façamos o que ele faz”.

A propósito de educação, em Portugal, David Justino refere que, apesar do aumento da escolarização, e do conseqüente investimento, não se conseguiu uma maior equidade social “o grande desafio e dificuldade é educá-los, neste mundo virado do avesso que nos surpreende e atormenta dia a dia” (Justino, 2010, p. 9). Corroborando este autor, podemos reafirmar que maior escolarização não tem sido sinónimo de melhor educação.

Também a Conferência Episcopal Portuguesa refere que educar é “uma tarefa particularmente difícil e exigente, feita de dedicação, longas horas de trabalho, muito para além do legalmente estabelecido, desilusões frequentes, incompreensões abundantes e alegrias compensadoras, quando se vê o tempo investido com as crianças e os jovens dar frutos de sabedoria e futuro” (Couto, 2011).

Tentemos nós, agentes educativos, com profissionalismo, dedicação e brio pela profissão, ir ao encontro do "desafio", contrariar a tendência e desenvolver nos alunos atitudes e formas de estar, que apontem directrizes, no sentido de os ajudar na aquisição de princípios e valores éticos e morais, que os conduzam a uma formação integral, e que venham a contribuir para uma sociedade mais justa e equilibrada.

Foi um período de muito trabalho e exigência, atendendo ao facto de ter feito a prática pedagógica nos dois níveis de ensino e em todas as áreas disciplinares. Mas, talvez por isso, me sinto mais capacitada para enfrentar novos desafios.

Bibliografia

- Alarcão, I. (1996). *Formação Reflexiva de Professores: Estratégias de Supervisão*. Porto: Porto Editora.
- Alarcão, I., & J.Tavares. (2003). *Supervisão da Prática Pedagógica. Uma perspectiva de desenvolvimento e aprendizagem, 2ª edição revista e desenvolvida*. Coimbra: Almedina.
- Assunção, C., & Rei, J. E. (1999). *Educar para os Valores - Departamento do Ensino Secundário*. Lisboa: Ministério da Educação.
- Ausubel, D. (1976). *Psicologia Educativa um ponto de vista cognitivo*. Lisboa: Editorial Trillas.
- Barbosa, M. (2000). A formação de professores face às novas prioridades da escola. *Revista Galego-Portuguesa de Psicología e Educación*.
- Bento, V. (2011). *Economia, Moral e Política*. Lisboa: Relógio D'Água Editores.
- Brezinka, W. (2007). *Educación y Pedagogia en el Cambio Cultural*. Barcelona: PPU, SA.
- Camps, V. (1996). *Los valores de la educacione*. Madrid: Anaya.
- Candeias, A. A. (2009). *Educação Inclusiva: Concepções e Práticas*. Évora: CIEP .
- Cavalcanti, A. d. (1998). *Ética e Cidadania na Prática Educacional*. São Paulo: SEMED.
- Costa, A. C. (1993). *De Menor a Cidadão*. Brasília: Senado.
- Couto, E. (2011). <http://www.ecclesia.pt/cgi-bin/apostolado.pl>. Obtido em 16 de Janeiro de 2012
- Cruz, E. (1944). *Compêndio de Filosofia*. Rio de Janeiro: Globo.
- Cury, A. (2004). *Pais brilhantes, professores fascinantes*. Lisboa: Pergaminho.
- Dallari, D. (1998). *Direitos humanos e cidadania*. São Paulo: Moderna.
- DEB. (2004). *Organização Escolar e Programas do 1º Ciclo do Ensino Básico, 4ª edição*. Lisboa: EME.
- Delors, J. (1996). *Educação um tesouro a descobrir*. Lisboa: Edições ASA.
- Delors, J. (s.d.). <http://www.webartigos.com/articles/10791/1/Educacao-e-Cidadania/pagina1.html>. Obtido em 24 de Fevereiro de 2012
- DGIDC. (2007). Programa de Matemática. EME.
- Educação, M. d. (2001). *Currículo Nacional do Ensino Básico* . Lisboa: EME.

- Educação, M. d. (30 de Agosto de 2005). *Lei de Bases do Sistema Educativo*. Lisboa, Lisboa, Portugal: EME.
- Figueiredo, C. (Janeiro/Março de 2002). Educar para a cidadania: tempos novos para velhos desígnios. *Noesis*, pp. 35-38.
- Firmino, M. J. (2007). *Formação de Professores: Técnica e Eficiência entre o Saber e o Fazer*. ISEOL.
- Fonseca, A. M. (2000). *Educar para a cidadania- motivações, princípios e metodologias*. Porto: Porto Editora.
- Fonseca, D. d. (2010). *Projecto Educativo*. Cerdeira.
- Fonseca, E. R. (2011). <https://sites.google.com/site/colegiodacerdeira/>. Obtido em 20 de Janeiro de 2012
- Freire, P. (1996). *Pedagogia da Autonomia*. São Paulo: Paz e Terra.
- Freire, P. (2002). *A Paixão de Conhecer o Mundo 15ª edição*. S. Paulo: Paz e Terra.
- Gervilla, E. (1993). *Postmodernidade Y Educacion*. Madrid: Dykinson.
- J. Delors. (s.d.). <http://www.unesco.pt/cgi-bin/home.php>. Obtido em Dezembro de 2011
- Justino, D. (2010). *Difícil é educá-los*. Lisboa: Relógio d'Água Editores.
- Lamy, F. (Setembro-Outubro de 2008). Supervisão Pedagógica. *Correio da Educação*.
- Libâneo, J. C. (1998). *Adeus professor, adeus professora? Novas exigências educacionais e profissão docente*. São Paulo: Cortez.
- Lipovetsky, G. (1989). *A era do vazio*. Lisboa: Relógio d'água.
- Lourenço, E. (2003). Identidade e Cidadania: uma perspectiva. *A Ibéria no contexto europeu*, (pp. 25-26).
- Moisés, L. M. (1999). *O desafio de saber ensinar*. São Paulo: Campinas/SP: Papirus.
- Montessori, M. (1948). *A Descoberta da Criança*. Lisboa: Internacional Portugália Editora.
- Morin, E. (2004). *O Método VI - Ética*. Publicações Europa-América.
- Nascentes, A. (1985). *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Porto: Porto Editora.
- Oliveira, S. (2007). *O Lúdico como motivação nas aulas de Matemática*. Mundo Jovem.
- Perrenoud, P. (2004). *Escola e cidadania. O papel da escola na formação para a democracia*. Porto Alegre: Artemed Editora.
- Piaget, J. (1972). *Epistemologie des relations interdisciplinaires*. Paris: UNESCO/OCDE.

- Pombo, O. (1994). *A interdisciplinaridade - Reflexão e experiência*. Lisboa: Texto Editores.
- Redon, J. M. (1998). *La Bolsa de los valores: Materiales para una ética ciudadana*. Barcelona: Editorial Ariel.
- Reis, C. S. (2007). *O valor (des)educativo da publicidade*. Coimbra: IUC.
- Requixa, R. (1979). Conceito de Lazer. *Revista Brasileira de Educação Física e Desporto*, pp. 21-25.
- Rojas, E. (1994). *O Homem Light - uma vida sem valores*. Coimbra: Gráfica de Coimbra.
- Santos, J. A. (2009). *A relação professor-aluno na construção do conhecimento*. BELÉM - PARÁ: U. F.do Pará.
- Sardinha, L., & Oliveira, L. (2010). *Gramática formativa do Português*. Lisboa: Didáctica Editora.
- Savater, F. (1997). *El Valor de Educar*. Barcelona: Editorial Ariel.
- Schlindwein, E. (2010). *Os motivos da recusa de alunos do ensino médio em relação*. Chapecó: Universidade Comunitária de Chapecó.
- Silva, A. C. (2002). *Relação professor aluno*. BELÉM-PARÁ, Belem, Brasil: Universidade da Amazônia.
- Silva, J. B. (2009). *A Internet enquanto recurso pedagógico na formação do cidadão contemporâneo*. Alagoas: UFAL.
- Tardelli, M. C. (2003). *O Ensino da Língua Materna - Interações na sala de aula*. Editora Cortez.
- Tavares, A. H. (1979). *A motivação na Escola activa*. Lisboa: Didáctica da Educação.
- Vázquez, A. (1998). *Ética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

